



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EZEQUIAS RODRIGUES DA SILVEIRA**

**LEGADO DO PLANO REAL: ANÁLISE CRÍTICA DOS 30 ANOS DE  
ESTABILIDADE ECONÔMICA NO BRASIL**

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

**EZEQUIAS RODRIGUES DA SILVEIRA**

**LEGADO DO PLANO REAL: ANÁLISE CRÍTICA DOS 30 ANOS DE  
ESTABILIDADE ECONÔMICA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção no grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul. Orientador: Profa. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**CAXIAS DO SUL**

**2025**

**EZEQUIAS RODRIGUES DA SILVEIRA**

**LEGADO DO PLANO REAL: ANÁLISE CRÍTICA DOS 30 ANOS DE  
ESTABILIDADE ECONÔMICA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção no grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul. Orientador: Profa. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares.

**Aprovado em: 08/07/2025**

**Banca Examinadora**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares. Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Dr. Mosár Leandro Ness. Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Me. Mônica Beatriz Mattia. Universidade de Caxias do Sul – UCS

## RESUMO

O presente trabalho examina a implementação e o legado do Plano Real que foi um marco para a história da economia brasileira. Foi realizada uma análise sobre o contexto histórico do planejamento econômico do Brasil e os planos ortodoxos e heterodoxos que antecederam o Plano Real e a introdução da nova moeda, através do método teórico-histórico descritivo. A trajetória do planejamento econômico de longo prazo no Brasil e as principais mudanças e transformações na economia brasileira com os planos de estabilização e suas consequências. Também foi realizada uma análise crítica dos 30 anos de estabilidade econômica com indicadores relevantes para a interpretação dos dados. Através dos métodos de análise escolhidos para a realização do trabalho, observou-se que o Plano Real foi um divisor de águas no objetivo de controlar a hiperinflação e estabilizar os preços, promover, dessa forma, o crescimento econômico sustentável e social no país.

**Palavras-chave:** Inflação, Planejamento Econômico, Moeda, 30 anos Plano Real, Economia Brasileira.

## **ABSTRACT**

The present study examines the implementation and legacy of the Plano Real, which was a milestone in the history of the Brazilian economy. An analysis was conducted on the historical context of Brazil's economic planning, the orthodox and heterodox plans that preceded the Plano Real, and the introduction of the new currency, using the descriptive theoretical-historical method. The trajectory of long-term economic planning in Brazil and the main changes and transformations in the Brazilian economy with the stabilization plans and their consequences were also explored. Additionally, a critical analysis of 30 years of economic stability was carried out with relevant indicators for data interpretation. Through the chosen analysis methods for this study, it was observed that the Plano Real was a turning point in the goal of controlling hyperinflation.

**Keywords:** Inflation, Economic Planning, Currency, 30 Years of Plano Real, Brazilian Economy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comportamento da Inflação Mensal - 1985-1996 .....	51
Figura 2 - Índice de Gini (1994-2004).....	68
Figura 3 - Renda média per capita (1994-2004).....	69
Figura 4 - índice de Gini (2005-2014).....	73
Figura 5 - Renda média per capita (2005-2014).....	74
Figura 6 - índice de Gini (2015-2024).....	78
Figura 7 - Renda média <i>per capita</i> (2015-2024).....	79

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do Produto e Setores (1955-1961).....	24
Tabela 2 - Alguns Indicadores Econômicos - Plano de Metas (1955-1961) .....	25
Tabela 3 - 1974 Dimensões da Economia Brasileira .....	32
Tabela 4 - Crescimento Mínimo por Setores .....	33
Tabela 5 - Necessidades de Financiamento do Setor Público - 1990-1994 (% do PIB) .....	52
Tabela 6 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos - 1990-1994 (médias anuais por período) .....	53
Tabela 7 - PIB do Brasil (1994-2004) .....	66
Tabela 8 - Inflação e PIB no Brasil (1994-2004) .....	67
Tabela 9 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (1994-2004).....	70
Tabela 10 - PIB do Brasil (2005-2014) .....	71
Tabela 11 - Inflação e PIB no Brasil (2005-2014) .....	72
Tabela 12 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (2005-2014)....	74
Tabela 13 - PIB do Brasil (2015-2024) .....	77
Tabela 14 - Inflação e PIB no Brasil (2015-2024) .....	77
Tabela 15 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (2015-2024)....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro-síntese do Plano Real (1994-2024).....	80
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNT	Bônus do Tesouro Nacional
CDB	Certificados de Depósito Bancário
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cz\$	Cruzado
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBF	Investimento Bruto Fixo
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPA	Índice de Preços ao Produtor Amplo
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
ITEM	Indústria de Transformação e Extrativa Mineral
LFT	Letra Financeira do Tesouro
NCz\$	Cruzado Novo
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAI	Programa de Ação Imediata
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Plano Estratégico do Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
RDB	Recibos de Depósito Bancário
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
TIBF	Taxa de Investimento Bruto Fixo
URP	Unidade de Referência de Preços
URV	Unidade Real de Valor

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2. DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES .....	13
<b>1.2.1 Hipótese Principal</b> .....	<b>13</b>
<b>1.2.2 Hipóteses Secundárias</b> .....	<b>14</b>
1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA .....	14
1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS .....	15
<b>1.4.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
<b>1.4.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
1.5. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....	15
<b>2. CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL</b> .....	<b>17</b>
2.1. PLANOS E PLANEJAMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS .....	18
2.2. PLANOS ORTODOXOS.....	22
<b>2.2.1 Salte</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2.2 Plano de Metas</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2.3 Plano Trienal</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2.4 Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)</b> .....	<b>27</b>
<b>2.2.5 Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED)</b> .....	<b>29</b>
<b>2.2.6 Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I, II e III</b> .....	<b>30</b>
2.3. PLANOS HETERODOXOS .....	35
<b>2.3.1 Plano Cruzado I</b> .....	<b>35</b>
<b>2.3.2 Plano Cruzado II</b> .....	<b>39</b>
<b>2.3.3 Plano Bresser</b> .....	<b>39</b>
<b>2.3.4 Plano Verão</b> .....	<b>40</b>
<b>2.3.5 Plano Collor I</b> .....	<b>42</b>
<b>2.3.6 Plano Collor II</b> .....	<b>44</b>

<b>3. PLANO REAL EM SI .....</b>	<b>46</b>
3.1. ANTECEDENTES DO PLANO REAL.....	48
3.2. FORMULAÇÃO DO PLANO REAL .....	55
3.3. MEDIDAS ADOTADAS.....	60
<b>4. LEGADO DO PLANO REAL: ANÁLISE TÉCNICA E CRÍTICA DOS 30 ANOS DE ESTABILIDADE ECONÔMICA NO BRASIL .....</b>	<b>63</b>
4.1. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 À 2004 .....	64
<b>4.1.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado .....</b>	<b>65</b>
4.2. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2005 À 2014 .....	70
<b>4.2.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado .....</b>	<b>71</b>
4.3. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2015 A 2024.....	75
<b>4.3.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado .....</b>	<b>76</b>
4.4. QUADRO-SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO PLANO REAL .....	80
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Há 30 anos atrás, em 1994, foi implantado o Plano Real no Brasil que visava estabilizar os preços na economia e controlar a hiperinflação que corroía o poder de compra no qual desestimulava o consumo, os investimentos e o desenvolvimento econômico no país. Além disso, o Plano Real não buscava apenas controlar a hiperinflação, mas também buscou impulsionar o crescimento econômico de forma duradoura, introduzir uma nova moeda, o Real, e resgatar a confiança já perdida dos agentes econômicos.

O Plano Real teve muitas metas e objetivos para alcançar a estabilização desejada e a experiência de planos econômicos anteriores foram, de certa forma, em menor ou maior grau, fundamentais para a fundamentação das diretrizes e bases do planejamento.

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender esses planos e planejamentos econômicos anteriormente introduzidos e analisar, dessa forma, os planos econômicos ortodoxos e heterodoxos no controle da hiperinflação e na recuperação da confiança da sociedade brasileira, sem deixar de lado o crescimento econômico e o bem estar social, o qual só venho concretizar-se com a implementação do Plano Real no ano de 1994.

Diante disso, este presente trabalho tem como objetivo analisar de forma histórica descritiva e analítica o Legado dos 30 anos do Plano Real. Além disso, o presente trabalho também busca abordar os planos anteriores que antecederam o Plano Real que culminou na criação do Real, a moeda nacional que conhecemos hoje.

### 1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A economia brasileira na época da implementação do Plano Real era uma economia marcada constantemente por oscilações e variações nos preços, caracterizada por uma hiperinflação de décadas de planos econômicos anteriores que fracassaram, de certo modo, no seu objetivo principal, o controle inflacionário. Os preços dos produtos, serviços e alimentos subiam diariamente e exponencialmente por causa da hiperinflação que assolava o Brasil e o poder de compra dos brasileiros e brasileiras eram constantemente corroídos, o qual

fazia com que as pessoas perdessem a confiança na moeda, diminuiria o consumo interno e prejudicaria assim o desenvolvimento econômico do Brasil.

Porém, em meados de 1994 foi implementado o ambicioso Plano Real que marcaria um marco histórico e um case de sucesso na economia brasileira, apesar dos desafios da época enfrentados como os ajustes estruturais necessários para a implementação, as pressões inflacionárias persistentes e a perda da confiança dos brasileiros na economia, criaria assim um ambiente desafiador.

A nova moeda, o Real, trouxe certa estabilidade monetária ao país no curto prazo após sua implementação, combateu a hiperinflação e o aumento dos preços e estabilizou a economia, abriu caminho para um crescimento sustentável e de longo prazo como também restaurou a confiança dos agentes econômicos, empresários e investidores.

Diante disso o presente trabalho pretende responder às seguintes questões:

1. Qual o impacto significativo na busca da estabilização da economia brasileira?
2. Quais foram os principais desafios durante a implementação do Plano Real?
3. Qual foi a influência da nova moeda na vida dos brasileiros em termos de emprego, renda, confiança na moeda e qualidade de vida?
4. Qual é a relevância do Plano Real para a economia brasileira, considerando os desafios econômicos a partir dos anos 2000?
5. Quais lições pode-se aprender com os sucessos e falhas nos 30 anos do Plano Real?

## 1.2. DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

### 1.2.1 Hipótese Principal

A implementação do Plano Real conseguiu estabilizar a volatilidade da moeda e da economia do Brasil, controlando a hiperinflação.

### 1.2.2 Hipóteses Secundárias

H1 - O Plano Real restaurou a credibilidade nas políticas econômicas do Brasil, criando bases para um plano de desenvolvimento sólido e de longo prazo.

H2 - Reduzir a pobreza e a desigualdade que assolava o país. Aumentar a oferta de mão de obra, investimentos em fábricas e indústrias e estabilizar a economia.

H3 - A nova moeda provocou uma melhora das condições para o investimento e o crescimento econômico brasileiro.

H4 - O Plano Real conseguiu estabilizar a moeda e a economia do Brasil, controlando a hiperinflação como seu objetivo principal e trazendo de volta a confiança dos brasileiros e dos agentes econômicos e dessa forma possibilitaria a criação de bases para o crescimento sustentável e duradouro no país.

H5 - A experiência bem-sucedida do Plano Real serviu como exemplo de política econômica eficaz.

### 1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

O Brasil na década de 1990 passava por momentos conturbados na política, no âmbito social e econômica causada pela hiperinflação advinda de décadas passadas, fantasma na história do Brasil e nas diversas tentativas de estabilizar a economia brasileira, como os planos monetários de estabilização heterodoxos e ortodoxos, tais deles de maior estudo como: o Plano Cruzado, Collor I e II e o Plano Real.

Apesar do Plano Real ter sido um sucesso se comparado a outros planos introduzidos anteriormente, a implementação do Plano Real no Brasil enfrentou uma série de desafios econômicos, desde a sua implementação até o pós Plano Real.

Com base nas afirmações acima, procurar-se-á explorar esses desafios econômicos e demonstrar como o Plano Real, desde sua implementação em 1994, ajudou no controle da hiperinflação, equilibrou o fiscal e ajudou no crescimento da economia brasileira.

Diante do exposto, o presente trabalho se justifica por realizar uma análise crítica do Legado dos 30 anos do Plano Real sobre a estabilidade econômica desde a sua implantação e suas consequências, desafios e aprendizados.

#### 1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

##### 1.4.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise crítica dos 30 anos de estabilidade econômica desde a implantação do Plano Real.

##### 1.4.2 Objetivos Específicos

1. Determinar a série histórica de inflação no Brasil e estabilização antes e pós implementação do Plano Real.
2. Mostrar o impacto na redução da desigualdade e da pobreza com a estabilização da economia e a inclusão de uma nova moeda, o Real.
3. Ressaltar a confiança dos agentes econômicos e da população brasileira na economia, especialmente na política econômica e monetária do país.
4. Evidenciar os desafios observados durante a implantação da nova moeda; quanto ao plano de estabilização econômica e impactos diretos pós Plano Real.

#### 1.5. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os modelos metodológicos abordados neste trabalho buscaram desenvolver e sustentar uma pesquisa metodológica o qual foi utilizado de métodos históricos, críticos e analíticos para alcançar originalidade e relevância acadêmica (Praça, 2015).

Diante disso, o presente trabalho aborda duas formas de metodologia: primeiramente a análise histórica para o entendimento do contexto à época e a análise crítica para o entendimento atual e desafios futuros.

Os procedimentos metodológicos adotados possuem relevância e importância no processo de pesquisa ao qual se busca traçar caminhos científicos e apresentar resultados sobre novas perspectivas (Vergara, 2005).

Assim sendo: o capítulo primeiro abordará uma introdução da conjuntura política econômica a partir de uma pesquisa histórica descritiva, os tipos de planos e planejamentos econômicos e suas implicações para a economia brasileira à época.

O capítulo dois abordará os planos econômicos que antecederam o Plano Real pelos planos ortodoxos e heterodoxos e suas implicações para a economia.

O capítulo três abordará uma pesquisa histórica descritiva sobre o Plano Real em si, a formulação do Plano Real e seus desafios como também as medidas que foram adotadas para a implementação de suas bases.

O capítulo quatro abordará o Legado do Plano Real com uma análise crítica descritiva histórica e estatística o qual vai analisar os resultados após 30 anos de sua implantação no Brasil e análises sobre seus impactos na economia brasileira, aprendizados e desafios.

## 2. CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

A conjuntura política, econômica e social que o Brasil enfrentou nas 3 últimas décadas que antecederam o Plano Real mostrava um contexto histórico crônico que se agravou nas décadas de 1980 e início de 1990 e a inflação se alastraria e passaria de inflação para hiperinflação e contaminaria toda a economia e setores do Brasil.

No seu livro, “A Moeda e a Lei: Uma História Monetária Brasileira”, (1933-2013), de Gustavo Franco, um dos principais economistas e arquiteto do plano Real, destaca que todo esse desequilíbrio que se viu ao longo dos anos se deu, excepcionalmente por choques externos, crises fiscais internas e agudas como também a falta de uma disciplina monetária na elaboração de planos de estabilização.

Somado a tudo isso, a inflação atingiu níveis altos o qual corroía o poder de compra da população, atingiria os vulneráveis e minaria dessa forma a confiança no sistema econômico, já frágil à época. Franco (2013), complementa em seu livro e destaca os planos econômicos adotados e os motivos que levaram ao fracasso na implementação desses planos, como os planos ortodoxos que visavam o ajuste fiscal e o controle monetário.

Os planos econômicos ortodoxos, segundo Franco (2013), baseavam-se em princípios macroeconômicos sólidos, mas falharam devido à época, à falta de consistência e ao contexto político adverso. O congelamento de preços e salários e o novo padrão monetário, o cruzado, levaram ao seu fracasso total. Essa tentativa de controlar a inflação com a ausência de um ajuste fiscal pressionou os preços.

Da mesma forma, se buscou uma estabilização na forma de confisco de ativos financeiros no plano Collor, reduziu-se temporariamente a inflação no curto prazo, porém, gerou uma recessão econômica aguda e prolongada na economia como também um descontentamento social na população que atingiria novamente os vulneráveis na sociedade.

Por outro lado, Franco (2013) critica a abordagem heterodoxa também, por subestimar os problemas fiscais e a dinâmica da inflação inercial. Os planos heterodoxos buscavam controlar a inflação em uma economia por meio de intervenções diretas nos setores, muitas destas intervenções pela própria mão

do Estado, como o controle de preços. Essas intervenções evidenciaram o descontrole fiscal que o Brasil vivia naquele momento, sem um planejamento adequado para o problema exposto.

O Plano Real só obteve sucesso devido à aplicação de princípios ortodoxos combinados com a compreensão e lições que os planos anteriores trouxeram para a formulação e implementação. De certa forma, conclui que os erros e aprendizados foram cruciais para o que o Brasil viria a experimentar após 1994 com o Plano Real (Franco, 2013).

Diante do exposto, o presente capítulo tem por objetivo realizar uma breve contextualização sobre os planos econômicos, os tipos de planos dentro da conjuntura política, econômica e social no Brasil, em especial os planos ortodoxos e heterodoxos adotados na tentativa de estabilizar os preços na economia e controlar a inflação nas décadas de 1980 à 1994.

## 2.1. PLANOS E PLANEJAMENTOS ECONÔMICOS ESTRATÉGICOS

Os planos e planejamentos econômicos estratégicos são formas de os governos centrais<sup>1</sup> de um país definirem políticas e metas que direcionam o desenvolvimento sustentável e promovam então, dessa forma, seu objetivo principal: o crescimento econômico sustentável e duradouro de um país. Edmir Kuzaqui (2015) cita e contextualiza as origens históricas do planejamento estratégico:

As origens do planejamento estratégico estão relacionadas às guerras, aos estrategistas e ao modelo militar. De forma direta, estrategistas como Alexandre, Napoleão, Júlio César e Mao Tsé-Tung, por exemplo, conduziam e movimentavam seus exércitos como peças de xadrez num tabuleiro, de forma a equilibrar as forças conflitantes dentro de um ambiente no qual as informações eram demasiadamente escassas e limitadas (Edmir Kuzaqui, 2015 p. 11).

A partir dessa contextualização histórica do planejamento estratégico citado por Edmir Kuzaqui (2015), surgiram, então, os conceitos elementares e preliminares de estratégia com direitos, hierarquias e responsabilidades.

---

<sup>1</sup> Governos centrais são as autoridades máximas de um país responsáveis pelas políticas públicas nacionais com foco em segurança, educação e saúde.

O planejamento estratégico são pilares fundamentais para o sucesso em qualquer campo, especialmente na economia. Os planos econômicos possuem políticas de curto, médio e de longos prazos combinados com políticas que podem ser, do contexto do ambiente em que a nação passa, expansionistas ou contracionistas.

O que se busca primeiramente em um plano e planejamento econômico de uma economia, seria esta economia uma de mercado, é criar bases e estruturas em um ambiente propício para os negócios, para os investimentos em setores estratégicos como a saúde, a segurança, a educação para a criação de prosperidade a longo prazo.

Os planejamentos de curto prazo consideram-se 1 ano, médio prazo de 4 a 7 anos e longo prazo de 15 a 20 anos. Planos anuais definem-se quase sempre por um instrumento cooperativo, fixadas no plano de médio prazo para fins de implementação, revisão e controle, já os planos de longo prazo servem de referência para os planos de médio prazo o que daria uma visão ampla das perspectivas de desenvolvimento da economia e são indispensáveis para determinados setores em que, o período dos trabalhos em desenvolvimento muitas vezes excede o período de vigência de um plano de médio prazo (Holanda, 1975).

Ainda de acordo com Holanda, o planejamento pode ser descrito como: “Uma aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos com vistas à tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para ação futura”.

O planejamento econômico caracteriza como o processo de elaboração, de execução e controle de um plano de desenvolvimento com objetivos e metas claras e com a tendência de aumentar o bem estar social da sociedade e elevar os níveis de renda da população, ou seja, uma maior equidade na transferência de renda que diminuiria assim as distorções na renda.

Os planos econômicos procuram sempre estabelecer uma relação entre presente, passado e futuro. São características básicas de qualquer planejamento econômico, pois o que se procura é antecipar soluções para problemas previsíveis e remover obstáculos que limitam o sucesso do planejamento.

Todo e qualquer plano econômico visa acelerar o crescimento econômico e mudar a estrutura da economia. Para Waterston (1965), “O crescimento econômico acelerado e a mudança estrutural são os dois principais objetivos, expressos ou implícitos, do planejamento do desenvolvimento”. Dessa forma, o planejamento econômico de um país só é por definição um planejamento econômico se governos buscam de forma deliberada, proposital e contínua acelerar a taxa de crescimento econômico e o bem estar social de todos.

Para alcançar o crescimento acelerado da economia e mudar a estrutura são necessários elementos básicos para o processo de planejamento ao passo que também são necessárias condições favoráveis, ou seja, ambiente propício para os negócios, condições estas em termos institucionais, administrativos e técnicos.

Condições institucionais pressupõem um planejamento com apoio político e participação popular. Um governo com prestígio tende a ter apoio político para aprovação de trabalhos e consecução de seus objetivos. Condições administrativas torna-se necessário para a coordenação e execução dos planos de desenvolvimentos, como toda a estrutura da máquina estatal direcionada e coordenada como também uma integração de esforços para os objetivos comuns do desenvolvimento.

Por fim, as condições técnicas dizem respeito a pessoal técnico capaz de assumir a responsabilidade do planejamento, além de exigir conhecimento técnico estatístico especializado e adequado para a formulação de planos e resultados estatísticos estimados e esperados (Waterston, 1965).

Os planos e planejamentos econômicos partem primeiro da elaboração de um diagnóstico do passado que constitui a base factual e lança um prognóstico sobre o comportamento futuro da economia. O que fundamenta um plano de prognóstico econômico é a previsão ou projeção de tendências futuras e possibilidades de crescimento como também de identificar barreiras que limitam o crescimento e restringem o atingimento das metas estabelecidas (Holanda, 1975).

Portanto, um plano prognóstico é uma revisão das projeções futuras que expressam os desejos e as aspirações de governos, agentes econômicos e comunidade em geral. Uma vez que fatores passados não justifiquem uma

alteração na estrutura da economia, não há necessidade de planejamento econômico.

Se que todas as condições institucionais, administrativas e técnicas fossem cumpridas, faz-se necessário identificar quais seriam os elementos fundamentais que integrariam esse plano. Holanda (1975) elenca quais são os próximos passos na formulação de um planejamento econômico, condições favoráveis para a sua formulação. As previsões e projeções precisam estar alinhadas com as diretrizes de política econômica como também os instrumentos precisam ser adequados para atingir os objetivos propostos.

Brito (2004) também cita que:

Em geral, os objetivos da política econômica no país defrontam-se com as dificuldades de integração da Estrutura com a Conjuntura, o que tantas vezes torna incompatível fazer um Plano de desenvolvimento (envolve aspectos estruturais) com um Programa de Estabilização (aspectos conjunturais). Dessa maneira, é na Estrutura que há enormes problemas, tais como as desigualdades regionais, elevados graus de concentração da propriedade, da riqueza e da renda, baixo nível tecnológico, desconhecimento das potencialidades do país, elevado crescimento populacional, péssimas condições de saúde, saneamento e habitação, de educação, de emprego, de pobreza, reduzida capacidade de poupança, desequilíbrios no balanço de pagamentos, altas taxas de juros, dívida interna e dívida externa, dentre outros” (Paulo Brito, 2004 p. 14).

No Brasil desde ano de 1980 foram implementados 15 planos econômicos<sup>2</sup>, ou planos de estabilização, com os objetivos de estabilizar os preços, perseguir o equilíbrio tributário, fiscal, monetário e cambial, diminuir as desigualdades, estimular a poupança e ao mesmo tempo buscar fomentar uma política de distribuição de renda e diminuiria assim as distorções evidenciadas (Brito, 2004).

Todo plano e planejamento econômico tem por seu objetivo básico e final elevar o padrão de vida dos cidadãos através de medidas e metas que promovam a igualdade e a justiça social. Estes planos também visam estimular o ambiente de negócios na geração de empregos e renda, formação de poupança e progresso social.

---

<sup>2</sup> Plano Salte, Plano de Metas, Plano Trienal, PAEG, PED, PND I, PND II, PND III, Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor, Plano Collor II, Plano Real.

## 2.2. PLANOS ORTODOXOS

Planos econômicos ortodoxos são estratégias com princípios tradicionais da economia clássica o qual procuram a estabilidade macroeconômica. Plano Ortodoxos são planos focados no controle inflacionário por meio de instrumentos de políticas monetárias restritivas, como por exemplo o aumento das taxas de juros da economia (no Brasil a taxa básica de juros é a taxa SELIC<sup>3</sup>) e controle da oferta de dinheiro.

### 2.2.1 Salte

O Plano Salte<sup>4</sup> foi o primeiro plano de desenvolvimento elaborado na administração de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e tinha um forte cunho nacionalista e intervencionista. O plano foi submetido ao Congresso Federal em 1948 e incorporado ao orçamento em 1949 e contava com financiamentos internacionais para a consecução dos objetivos (Brito, 2004).

O plano tinha objetivos infraestruturais e buscava investimentos em setores considerados estratégicos e prioritários da economia como a saúde, a alimentação, o transporte e a energia, daí o nome SALTE. Também foram criados órgãos estatais como a Petrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a Eletrobrás e a indústria automobilística, a siderurgia, a metalurgia, os portos, os aeroportos, as rodovias e as refinarias. Eram projetos de envergadura que contribuíram para o crescimento econômico com altas taxas de crescimento e baixas taxas de inflação para o período (Brito, 2004).

No período de julho de 1951 a julho de 1953 foi estabelecida uma comissão cujo objetivo principal era prestar assistência técnica ao Brasil na preparação de pedidos de empréstimos para projetos de desenvolvimento os quais seriam posteriormente submetidos aos Estados Unidos e às Agências Internacionais de Desenvolvimento (Holanda, 1975).

A comissão Mista Brasil-Estados Unidos elaborou um planejamento de curto prazo que dava prioridade a projetos que contribuíssem na eliminação de

---

<sup>3</sup> A taxa Selic é a taxa de juros da economia brasileira e também a taxa de referência para outras taxas do mercado.

<sup>4</sup> Sigla de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

pontos de estrangulamento como também em projetos que criassem condições básicas e favoráveis para o crescimento econômico. Os investimentos ali destinados não seriam substitutos de investimentos dos setores privados, porém seriam complementares a estes e executados, dentro da razoabilidade, de forma rápida e por meios não inflacionários.

Foram elaborados e recomendados, segundo Holanda (1973), 41 projetos individuais dos quais foram escolhidos os projetos de transporte e energia. O BNDES teve papel nos investimentos em transporte e energia ao fomentar a economia nacional e levar a cabo o programa elaborado pela comissão.

Essa foi a primeira tentativa de planejamento econômico orientado aos investimentos públicos. Apesar da redução da ajuda financeira dos Estados Unidos ao Brasil devido a Guerra da Coreia, os esforços e convênios firmados entre instituições e grupos de trabalho como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (1953) constituíram a base para os próximos planos e planejamentos para a economia brasileira.

### **2.2.2 Plano de Metas**

O Plano de Metas (1956-1960) foi elaborado e anunciado no governo de Kubitschek em 1956 junto ao Conselho de Desenvolvimento baseado nos grupos de trabalho misto entre CEPAL e BNDES como também da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O Plano de Metas constituía-se basicamente em 30 metas para os setores de energia, transportes, alimentos, indústrias e educação.

Em relação ao Plano Salte, o Plano de Metas apresentou algumas vantagens em relação aos planos e planejamentos anteriores com destaque a metas bem definidas com estimativas de custos e recursos totais necessários, detalhamento das 30 metas estabelecidas e o acompanhamento sobre a execução e eficácia do programa através de relatórios (Holanda, 1973).

Os 30 objetivos foram agrupados em cinco metas a saber:

- 1 - Energia - (elétrica, nuclear, carvão mineral e petróleo);
- 2 - Transporte - (ferroviário, rodoviário, serviços portuários e de drenagens, marinha mercante e transporte aeroviário);
- 3 - Alimentação - (trigo, silos, frigoríficos, matadouros industriais, modernização agrícola, fertilizantes);

4 - Indústria de base - (siderurgia, alumínio, metais não ferrosos, indústria mecânica e de material elétrico pesado);

5 - Educação - (formação de pessoal técnico).

O cumprimento das metas e objetivos estabelecidos foi bastante satisfatório e inclusive superado em alguns setores com mudanças estruturais, em termos de base produtiva. O objetivo das metas buscava uma rápida industrialização, de acordo com as metas do plano e o que se observou foi um rápido crescimento econômico no período e a agricultura foi atingido a partir de 1958. Na Tabela 1 pode-se observar as taxas de crescimento do produto e setores de 1955 a 1961:

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do Produto e Setores (1955-1961)

<b>ANO</b>	<b>PIB</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>AGRICULTURA</b>	<b>SERVIÇOS</b>
1955	8,8	11,1	7,7	9,2
1956	2,8	5,5	-2,4	0
1957	7,7	5,4	9,3	10,5
1958	10,8	16,8	2	10,6
1959	9,8	12,9	5,3	10,7
1960	9,4	10,6	4,9	9,1
1961	8,6	11,1	7,6	8,1

Fonte: IBGE.

Através da tabela 1 percebe-se que a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 8,3% ao ano no período e os resultados foram muito bons para o Brasil com a inflação a taxas muito baixas registradas no curto prazo à época. Percebe-se que os bens de consumo leve deram lugar aos bens de consumo duráveis de acordo com a lógica do Processo de Substituição de Importações, ou seja, uma clara mudança no direcionamento da produção industrial, de acordo com o plano estabelecido. Juscelino Kubitschek tinha o lema, em sua gestão, de “crescer 50 anos em 5 anos”.

No curto prazo o Plano de Metas trouxe resultados positivos para a economia e a experiência do Plano Salte serviu de base para um planejamento estratégico direcionado e orientado, contudo, houve uma série de desequilíbrios que se agravou o que levaria a uma maior concentração de renda e menor equidade na distribuição da prosperidade gerada.

Outro desequilíbrio a ser mencionado foi a questão do financiamento, ou seja, os investimentos públicos que à época pela ausência de uma reforma fiscal condizente com as metas e os gastos estipulados para a implementação e sucesso do plano, precisaram ser financiados pela emissão monetária, o que aceleraria o processo inflacionário na economia. Dessa forma, o saldo das transações correntes pioraria, a saber, assim como o aumento da dívida externa, como pode-se observar na Tabela 2 os principais indicadores econômicos de 1955 a 1961 do Plano de Metas:

Tabela 2 - Alguns Indicadores Econômicos - Plano de Metas (1955-1961)

<b>ANOS</b>	<b>INFLAÇÃO</b>	<b>VR BASE MONETÁRIA (%)</b>	<b>SALÁRIO MÍNIMO REAL (%)</b>	<b>TRAN. CORRENTES US\$ MILHÕES</b>	<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL US\$ MILHÕES</b>
<b>1955</b>	23	15,8	-9,5	2	1.445
<b>1956</b>	21	19,3	-1,3	57	1.580
<b>1957</b>	16,1	35,1	-9,6	-264	1.517
<b>1958</b>	14,8	18	14,5	-248	2.044
<b>1959</b>	39,2	38,7	-12,7	-311	2.234
<b>1960</b>	29,5	40,2	19,4	-478	2.372
<b>1961</b>	33,2	60,4	-14,7	-222	2.835

Fonte: Abreu (1990).

Pela Tabela 2 percebe-se que as transformações e o crescimento econômico observados no curto prazo pela implementação das metas aprofundaria, a saber pelos dados da Tabela 2, todas as contradições ao longo do processo de Industrialização por Substituição de Importações.

A inflação até então em níveis baixos e controlados, disparou a níveis nunca antes vistos e o setor industrial não conseguiu acompanhar os setores no desenvolvimento econômico (Tavares, 1975).

Contudo, o Plano de Metas estabeleceu um momento de virada na época na tentativa de elaborar um planejamento econômico para os planos que viriam a seguir. O Plano de Metas, assim como o Plano SALTE abrangeu apenas os

setores essenciais econômicos, o que excluiria os setores sociais da economia, o qual limitaria o sucesso do planejamento fiscal e monetário.

De certa forma, essa fase de crescimento industrial da economia brasileira representou a superação do próprio modelo de Substituição de Importação o que ditaria o ritmo de crescimento de uma economia que no final dos anos 50 já se encontrava madura e integrada (Amaury 2011).

### **2.2.3 Plano Trienal**

No início da década de 1960, o Plano Trienal foi um esforço por parte do governo central de estabilizar a economia e corrigir os problemas estruturais do Brasil. O país na década de 60 enfrentava um aumento significativo da inflação e um crescimento econômico estagnado como também desequilíbrios no balanço de pagamentos.

A resposta para estes problemas foi a proposta de um plano econômico trienal que incluía uma visão estratégica para o desenvolvimento do país e buscava conciliar as medidas de curto prazo com as reformas estruturais de longo prazo com efeito de estabilização econômica e controle inflacionário (Castro; Silva, 2013).

O Plano Trienal também se preocupou em modernizar o setor industrial, dessa forma a dependência que o Brasil tinha de importações e estimular o crescimento autônomo. Dessa forma, o governo central pretendia fortalecer a infraestrutura do país nas áreas consideradas prioritárias para o governo como as áreas de energia e de transportes.

Além de buscar o crescimento econômico, um dos pilares fundamentais do Plano Trienal era o combate à inflação que se encontrava em níveis alarmantes. Celso Furtado cita que:

A inflação estava profundamente enraizada nas características estruturais da economia brasileira, o que exigia uma combinação de medidas fiscais, tributárias e controle de preços para reduzir as pressões inflacionárias sem prejudicar o crescimento econômico (Furtado, 1978. p. 215).

Para frear a espiral inflacionária, o governo central implementou controles diretos sobre preços e salários para impedir dessa forma que os preços de alimentos e combustíveis continuassem a subir no curto prazo. O controle de

preços era um dos mecanismos que o Plano Trienal possuía em sua essência para estabilizar a economia, uma medida considerada controversa à época (Castro; Silva, 2013).

Para Brito (2004), o período de 1961 a 1963 foi de muita instabilidade econômica e política com a queda do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,5% em 1963 e elevada espiral inflacionária que chegou a 91,9% em 1964. A situação estava, segundo Brito (2004), insustentável e o “clima” estava propício a um golpe militar à época.

O Plano Trienal, do ponto de vista técnico, foi antes de tudo um plano político apesar de apresentar uma vantagem a partir de uma visão global da economia em comparação com o Plano de Metas. Holanda (1973) destaca que o Plano Trienal tinha os seguintes objetivos básicos em sua base, a saber:

1. a manutenção de uma taxa de crescimento da renda nacional de 7% a.a., correspondente a um crescimento de renda per capita de 3,9% a.a.;
2. a redução progressiva de pressão inflacionária, de modo que em 1965 a elevação do nível de preços não fosse superior a 10%;
3. a redução do custo social do desenvolvimento e melhor distribuição dos seus frutos e redução das desigualdades regionais de níveis de vida.

O Plano Trienal visava altas taxas de crescimento anuais e pretendia-se realizar as reformas de base para elevar os salários, melhor distribuição de renda e melhor bem-estar. Contudo, o plano foi descartado pelo governo de Goulart e as perturbações políticas e o aumento da espiral inflacionária se seguiram no Governo Militar de 1964.

#### **2.2.4 Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**

O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi um plano com alterações estruturais associado a um programa de estabilização elaborado durante o governo de Castelo Branco no período de julho de 1964 a março de 1967 que contou com a ajuda do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos (Brito, 2004).

O Plano PAEG tinha como objetivos básicos o desenvolvimento econômico, a contenção da inflação, a distribuição equitativa de renda, emprego e comércio exterior. Os objetivos básicos elencados, segundo Holanda (1973), no Plano PAEG foram os seguintes, a saber:

1. Desenvolvimento - Na diretriz do desenvolvimento o governo buscou acelerar o ritmo do desenvolvimento do país. Para alcançar este desenvolvimento acelerado, previa-se alcançar uma taxa de crescimento da renda em 6% a.a., o que criaria as condições para elevar para 7% a.a.;
2. Contenção da Inflação - A espiral inflacionária subiu exponencialmente e previa-se conter progressivamente o processo inflacionário durante os anos de 1964 e 1965, dessa forma, geraria um equilíbrio e controle nos preços a partir de 1966;
3. Distribuição de Renda - Para melhorar as condições de vida e melhorar a distribuição de renda na economia, o que se propõe é atenuar os desníveis setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios;
4. Emprego - Quanto ao emprego, foi implementado uma política de investimento para assegurar a oportunidade de emprego produtivo e mão-de-obra que aflui ao mercado de trabalho;
5. Comércio Externo - Déficits na balança de pagamentos ameaçavam a continuidade do desenvolvimento econômico. Dessa forma, era necessário corrigir a tendência de déficits descontrolados pelo estrangulamento da capacidade de importar.

O Plano previa uma taxa anual de investimento bruto de 1,7% do produto o que permitiria uma elevação da renda per capita de 2,5% a.a. devido a taxas de depreciação de 5% e de crescimento populacional de 3,5% a uma relação incremental capital-produto (Holanda, 1973).

Dessa forma, para que o objetivo fosse alcançado, foram tomadas as seguintes medidas para estimular a formação de capital como: Os estímulos tributários e à formação de economias pessoais com a tributação do consumo supérfluo; o fortalecimento das poupanças privadas, no combate à inflação e criação a instrumentos imobiliários às pequenas e médias empresas; incentivo ao ingresso de capital estrangeiro; implantação de capitalização compulsória pelos usuários dos serviços públicos; eliminação dos subsídios cambiais de produtos importados; correção do desperdício nos investimentos públicos como

também o desestímulo aos investimentos especulativos como a Bolsa de Valores<sup>5</sup> pelo combate à inflação.

O plano também estabeleceu as seguintes bases para a política progressiva de contenção da espiral inflacionária, a saber: Contenção dos déficits governamentais como o corte de despesas não prioritárias, racionalização do sistema tributário e restauração do crédito público; contenção dos salários a níveis compatíveis com a produtividade; limitação do crédito às empresas a níveis proporcionais ao crescimento do produto a preços correntes.

Em 28 de Fevereiro de 1967, com o Decreto-Lei de número 200, foi estabelecido as normas para a Reforma administrativa como também para o Sistema de Planejamento que visava, institucionalizar o planejamento governamental a norma de que a ação do governo obedecerá a programas gerais e setoriais de duração plurianual, elaborados através de Órgãos do Planejamento.

O Decreto de 1967 possibilitou a formulação do Primeiro Plano Orçamentário Plurianual de Investimentos de 1968 a 1970. Este primeiro plano orçamentário desempenhou relevante papel na execução do Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED).

### **2.2.5 Plano Estratégico do Desenvolvimento (PED)**

Em 1968 foi lançado o Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED) dadas as condições favoráveis internas e externas para a acumulação de capital, criada com a resolução 63 do Banco Central em 1967 que permitia o livre ingresso do capital estrangeiro o qual os recursos foram direcionados para a industrialização.

O PIB cresceu acima de 10% ao ano no início de 1968 e o ingresso de capital externo barato, de longo prazo, em volumes, juntou-se à acomodação interna e à estabilidade econômica, para as altas taxas de crescimento. O retorno ao investimento econômico seguiu-se com a apresentação do novo Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, permaneceria por dois governos e retornaria dois governos depois (Brito, 2004).

---

<sup>5</sup> Mercado organizado onde negociam ações de empresas, títulos públicos e outros ativos financeiros.

O Programa Estratégico do Desenvolvimento visava segundo Holanda (1973) a atingir os seguintes objetivos, a saber: a contenção da espiral inflacionária e aceleração no processo de desenvolvimento econômico; desenvolvimento orientado a serviço de progresso social e a expansão e criação de oportunidades de emprego.

Para atingir os objetivos básicos no programa estratégico, objetivos secundários foram considerados para o atingimento dos objetivos primários como a manutenção do controle de balanço de pagamentos, a política de evitar o agravamento das disparidades econômicas regionais e setoriais, a realização de reformas estruturais econômicas e sociais, reformas educacional, administrativa e agrária como também a manutenção do clima de ordem interna e estabilidade institucional.

O Plano pretendia fazer com que a economia crescesse 6% ao ano, para isso, objetivava-se acelerar o desenvolvimento com um novo modelo de desenvolvimento sem deixar de lado o controle da inflação. Para isso, a contenção da inflação era estabelecida apenas em termos qualitativos, não em metas quantitativas para a contenção do ritmo de alta de preços, ano a ano, segundo Holanda (1973).

Dessa forma, com a aceleração no desenvolvimento econômico e no controle inflacionário, as bases foram criadas para a expansão das oportunidades de emprego que contemplou buscar uma taxa anual de crescimento em mão-de-obra contínua e duradoura.

### **2.2.6 Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I, II e III**

Ainda sobre o guarda-chuva do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, o Governo de Médici elaborou e executou o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) relativo ao período de 1972 à 1974 com a retomada do crescimento e a elevação do Brasil à categoria de país desenvolvido (Furtado, 1994).

Em 1968, em termos de PIB, o Brasil ocupava a posição de 15<sup>a</sup> e em 1973 passou para a 8<sup>a</sup>. Apesar do elevado crescimento econômico observado no período, o primeiro PND concentrou os investimentos no triângulo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais o que agravaram as diferenças sociais,

centralizaria e concentraria investimentos nas capitais com investimentos maciços na indústria do Sudeste, segundo Brito (2004).

De 1968 a 1974 o Brasil cresceu a taxas muito acima ao ano e isso se deu devido a política de endividamento externo. Isso deu-se devido aos estímulos para a elevação das exportações o que diminuiram a oferta interna no país. Contudo, o chamado “milagre brasileiro” disfarçou o resultado com a concentração de renda e a repressão política.

Previu-se inicialmente que os planos de desenvolvimentos quanto a sua elaboração seriam quinquenais, o qual foi alterada para estabelecer que os planos teriam duração quadrienal, ou seja, de igual duração com a do mandato do Presidente da República.

No dia 15 de setembro de 1971 foi encaminhado ao Congresso Nacional a proposta do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento juntamente com o Orçamento Plurianual de Investimentos, posteriormente aprovados pelas Leis 5.753/71 e 5.727/71. Foi estabelecido, quanto ao Orçamento Plurianual, que abrangeeria os exercícios de 1971, 1972 e 1973 e sugeria no documento que incluísse todas as despesas da união previstas para o triênio e não apenas as despesas de capital, conforme a exigência legal (Holanda, 1973).

Em abril de 1971 foram iniciados os trabalhos para a elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos como também a elaboração de um Programa Geral de Investimentos (PGI) e do PND I. O PND I definiu os seguintes objetivos iniciais, segundo Holanda (1973), a saber: colocar o país na categoria de nação desenvolvida; até 1980, duplicar a renda per capita, em comparação com 1969 e expandir o PIB de Cr\$<sup>6</sup> 222,8 bilhões, em 1972, para Cr\$314,5 bilhões, em 1974, a preços de 1972.

Além dos objetivos básicos iniciais, o plano também abrangeu metas para o desenvolvimento como a manutenção de taxas anuais de crescimento do PIB de 8% para 10%, até 1974 elevar a taxa de expansão do emprego para 3,2%, redução e controle da inflação até chegar a níveis de 10% em 1973, transformação social como a modernização das instituições, aceleração econômico, equidade na distribuição da renda e estabilidade política e segurança interna e externa (Holanda, 1973).

---

<sup>6</sup> No período, a moeda do Brasil era o Cruzeiro (Cr\$).

As dimensões e previsões da economia brasileira das magnitudes globais no período do plano podem ser observadas de acordo com a tabela 3:

Tabela 3 - 1974 Dimensões da Economia Brasileira

MAGNITUDES GLOBAIS	1972	1974	AUMENTO NO PERÍODO (%)
PIB (Cr\$ milhões de 1972)	222.857	314.581	41
População	93.204	104.130	12
PIB per Capita	2.391	3.021	26
PI (Cr\$ milhões de 1972)	53.384	78.160	46
IBF <sup>7</sup> (Cr\$ milhões de 1972)	37.885	59.770	58
TIBF <sup>8</sup> (%)	17	19	=
Consumo Global (Cr\$ milhões de 1972)	185.015	251.224	36
PEA <sup>9</sup> (1.000 pessoal)	29.195	32.987	13

Fonte: Holanda, 1973, p. 75.

Assim como os objetivos básico iniciais como também das metas para o desenvolvimento, esses objetivos e metas eram desdobrados em vários objetivos e metas setoriais e em algumas taxas mínimas de crescimento por setores, de acordo com a tabela 4:

<sup>7</sup> Investimento Bruto Fixo.

<sup>8</sup> Taxa de Investimento Bruto Fixo.

<sup>9</sup> População Economicamente Ativa.

Tabela 4 - Crescimento Mínimo por Setores

SETORES	1952/61	1962/66	1966/69	1970/72	METAS E BASES 1969/73	PND1
<b>INFRAESTRUTURA</b>	7,9	4,6	9,3	-	9/10	9/11
Transporte e comunicações	8,1	4,4	9,4	10,5	8/10	9/0
Energia Elétrica	7,2	5,9	9,1	-	10/11	11/12
<b>PRIMÁRIO</b> (Vegetal-Animal)	4,7	3,1	4,4	7,0	6/8	7/8
<b>ITEM<sup>10</sup></b>	9,5	3,0	8,7	12,0	9/11	10/12
Construção	6,1	-4,5	10,9	-	7/9	8/9
Outros Serviços	7,3	3,0	7,5	-	7/9	7/9
<b>PIB</b>	7,1	3,1	7,4	10,4	7/9	8/10

Fonte: (FGV, Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1972/1974).

Porém, apesar do crescimento acelerado observado no período na média de 10% ao ano, o ritmo de rápido crescimento foi interrompido devido ao primeiro choque do petróleo em setembro de 1973. Logo, as metas e objetivos do PND I tiveram que ser reformuladas, dando início a elaboração do próximo Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND II.

Em 1973 já não foi possível fazer com que a economia brasileira crescesse acima de 10% ao ano devido ao primeiro choque do petróleo que levou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a decretar um valor próximo à quintuplicação dos preços do petróleo que levou a uma crise internacional que afetaria o Brasil no período em sérios problemas de comércio, serviços e capitais brasileiros contabilizados no balanço de pagamentos que inviabilizaria a continuidade do chamado “milagre” de altas taxas de crescimento econômico.

Dessa forma, o Governo Geisel elaborou e executou o PND II como uma resposta à crise do petróleo de 1973. Segundo Brito (2004), “o governo Geisel desconheceu o choque do petróleo e a recessão mundial. Balizou uma taxa média de crescimento de 6% ao ano e forçou a marcha. Portanto, implementou o II PND.”

<sup>10</sup> Indústria de Transformação e Extrativa Mineral.

O plano retomou o processo de substituição de importações, a recomençar em 1974, com ênfase para os segmentos de bens de capital, eletrônica pesada, insumos básicos, celulose e papel, metais não ferrosos, fertilizantes, defensivos agrícolas e produtos petroquímicos.

Em 1973 o endividamento externo crescia pela transferência do grau de endividamento das empresas privadas para as obras das estatais o que fizeram com que as estatais passassem dessa forma a ser responsáveis pelo endividamento externo.

A partir de 1975, o governo aumentou os investimentos na área petrolífera, com destaque para a Petrobrás. Em 1976 o governo também firmou contratos de maior risco em companhias petrolíferas estrangeiras, contudo, apenas a Petrobrás foi para a frente.

Para cobrir o déficit público, o governo emitiu títulos e papel moeda, o que fez a inflação disparar e as taxas de juros elevarem-se. Os efeitos desta política interna evidenciaram-se em 1979. Em março o choque do petróleo eclodiu o que duplicaria os preços já quintuplicados.

O terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND III) não teve condições mínimas de ser implementado e ter sucesso durante o Governo de Figueiredo e a recessão chegou muito forte em 1980 fez com que as taxas de juros internacionais aumentasse exponencialmente ao ano. A inflação também foi uma pedra no sapato do Governo Militar, chegaria a ultrapassar 100% no mesmo ano.

A economia desorganizou-se ao passo que Figueiredo ameaçou não fazer “pacotes” econômicos, mas lançar um container na economia brasileira. O país recorreu inúmeras vezes ao Fundo Monetário Internacional, o FMI, para pedir empréstimos com as “cartas de intenções” o qual, não cumpria, pedia sempre “waver”, o perdão, para a Organização (Brito, 2004).

Em 1985 nasceu a Nova República e os novos planos econômicos, porém, diferentemente dos anteriores implementados até aqui, foram planos e programas de estabilização. De 1949 até 1979 os planos de desenvolvimento seguiam um desenho de controle inflacionário e crescimento econômico, porém, a partir de 1986 os planos e planejamentos econômicos seguiram um desenho de estabilização e de programas direcionados.

## 2.3. PLANOS HETERODOXOS

Planos Heterodoxos são planos que empregam, primordialmente, medidas não convencionais e medidas intervencionistas. Estas medidas não convencionais, a priori, são empregadas em situações de crise aguda e recessão econômica. Exemplos de medidas não convencionais podem incluir o congelamento de preços na economia como também os salários, o qual se viu no Plano Cruzado, o controle do câmbio com uma política cambial intervencionista como também pode incluir intervenções diretas no mercado.

Todas essas medidas visam e procuram controlar a inflação por meio da ação direta do Estado na economia, além de ao mesmo tempo estimular o crescimento econômico e consumo interno com metas e direcionamentos com foco no curto prazo.

### 2.3.1 Plano Cruzado I

Em fevereiro de 1986, o presidente do Brasil José Sarney, em um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão anunciou à população um plano econômico de estabilização, com uma ampla reforma das bases que regiam a economia brasileira à época, o então Plano Cruzado I.

Por meio do decreto presidencial n 2.283, nas palavras do então presidente José Sarney, “a guerra de vida ou morte contra a inflação”, seria levado a cabo um extenso pacote de medidas econômicas adotadas da seguinte forma, segundo Lacerda (2010), a saber:

1. a substituição do cruzeiro pelo cruzado (Cz\$) como a nova moeda do sistema monetário brasileiro;
2. exceção das tarifas industriais de energia elétrica, seria adotado uma conversão geral, por prazo indefinido, dos preços finais dos produtos;
3. a conversão dos salários nos seis primeiros meses e um acréscimo de 8% para os salários em geral e 16% para o salário mínimo;
4. aluguéis e hipotecas também seriam convertidos com base na média nos seis primeiros meses, porém sem o aumento de 8%;

5. introdução do “gatilho” nos salários, ou seja, uma garantia de reajuste salarial real automático a cada vez que o aumento acumulado no nível de preços atingisse 20%; para os contratos inferiores a um ano, foi proibido a indexação percentual e por fim, a conversão dos contratos previamente estabelecidos em cruzeiros para cruzados, que seguia uma tabela onde o cruzeiro era desvalorizado a uma taxa mensal de 14% em face da nova moeda.

A regra de conversão dos salários considerava que os trabalhadores recebiam seu salário no último dia do mês e que era integralmente gasto no momento do recebimento, apesar de parcela dos trabalhadores receberem seus salários por semana ou por quinzena.

Em relação ao reajuste dos salários, o governo de José Sarney reintroduziu as datas anuais dos dissídios coletivos que haviam sido praticados e ficou estipulado que os salários seriam então, dessa forma, automaticamente corrigidos com base na variação do custo de vida ocorrida no período entre um dissídio e o outro.

Sobre o “gatilho”, ou seja, se a inflação atingisse 20% os salários seriam corrigidos de acordo com uma escala móvel, é interessante ver o comentário de Francisco Lopes sobre o assunto:

Acho que o Cruzado teve um erro grave de concepção que foi o gatilho. O gatilho acabou o que seria uma criança sem pai. Mas quem foi que inventou o gatilho? Ninguém sabia, ou então alguém dizia: foi o Pazzianotto - ou foi o fulano - e ninguém assumia a coisa. Quando cheguei em Brasília, para ver o que ia ser feito, lá encontrei o Pêrsio. E ele me contou como foi formatado o plano, foi decidido assim, vai ter tal e tal coisa e vai ter o gatilho (Lacerda, 2010, p. 248).

O gatilho, segundo Lopes (2010), foi um erro terrível pois, “ele criou um limite de 20% ao ano de inflação. O Cruzado, ele largou com o seguinte desafio, ou você faz a inflação abaixo de 20% no primeiro ano ou você indexa de forma caótica.” Quanto aos preços, as tarifas industriais de energia elétrica foram reajustadas e os preços foram congelados ao valor praticado anteriormente.

O setor privado como forma de preservar o seu lucro, reajustou o preço como mecanismo frente aos aumentos constantes dos custos de produção. Os preços públicos e administrados não sofreram congelamento pelo Plano

Cruzado pois acumulavam uma defasagem pela política anti-inflacionária nos anos 1980, ou seja, antes do cruzado.

O objetivo do Plano Cruzado I era a contenção do processo inflacionário inercial, e tal objetivo foi atingido nos primeiros meses à implementação do plano. Em fevereiro de 1986 a inflação mensal beirava a 14,4% ao mês, mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor e em março do mesmo ano, a inflação ficou praticamente nula. Outros índices como o IGP-DI e o IPA chegaram a registrar uma deflação de 1%. Em abril, o IPC apresentou 0,8% e em março e junho, 1,4% e 1,3%, respectivamente (Lacerda, 2010).

Com relação à atividade econômica no período do primeiro Plano Cruzado, segundo Lacerda (2010), continuaria a crescer e a produção industrial, por exemplo, cresceu a uma taxa de 9,1% em fevereiro de 1985 e 8,6% em março, 9,8% em abril, 10,6% em maio e 11,5% em junho.

O setor produtor de bens de consumo duráveis foi o propulsor para o crescimento da produção industrial que apresentaria taxas anualizadas de crescimento a 30% entre maio e julho. Quanto à balança comercial, apresentou um superávit de US\$1,1 bilhão em março e seu pico em maio de US\$1,3 bilhão.

O consumo aumentou pelo aumento do poder de compra dos salários como também a mudanças na periodicidade do crédito dos rendimentos da caderneta de poupança que de mensal passou a ser semestral. O governo de José Sarney insistiu e sustentou a todo o custo o congelamento de preços na economia, porém, esta tarefa revelou-se difícil pois havia uma pressão de demanda muito forte.

Para evitar o congelamento de preços que não cobriam os custos de produção, o setor privado e os empresários tiveram que aprender técnicas para burlar a fiscalização e escapar ao congelamento, por meio da maquiagem de produtos. Em menos de 6 meses, em julho após a decretação do plano e da medida de congelamento geral de preços, havia mercados paralelos para diversos produtos da economia, produtos como a carne, o leite e remédios.

O governo dobrou a aposta e passou a dominar as decisões acerca da duração do congelamento. Nada disso ajudaria a manter o plano de pé, segundo Lacerda (2010), embora algumas medidas tenham sido tomadas como o controle fiscal implementado em dezembro de 1985, o Plano Cruzado I declinou, o rombo

financeiro nas contas públicas aumentou e a carga tributária sobre as pessoas físicas elevou-se.

A base monetária cresceu a uma taxa mensal em março e abril e o agregado monetário M1, ou seja, dinheiro em poder do público e os depósitos à vista nas instituições financeiras, aumentou somente no mês de março, que pressionaria a demanda por moeda por parte do público, por consequência, reiniciaria o processo inflacionário.

Outro fator primordial que explica o Plano Cruzado foi a situação das contas públicas externas do país. Apesar de registrar sucessivos superávits desde 1983, após fixar o câmbio, iniciou-se um processo de sobrevalorização do cruzado e em junho de 1986 a moeda encontrava-se sobrevalorizada e a saída para esta crise foi a desvalorização do cruzado em resposta ao saldo comercial. Contratos de exportação foram adiados ao máximo, pois os produtores esperavam conseguir melhores preços após a desvalorização da moeda (Lacerda, 2010).

A especulação nos mercados financeiros e a demanda por produtos importados fizeram elevar-se o ágio no mercado paralelo na compra de dólar. Os obstáculos que se seguiram com as políticas adotadas forçaram o governo em 24 de julho de 1986 a implementar o “cruzadinho”, pacote de medidas econômicas que incluía empréstimos compulsórios, isto é, uma poupança forçada sobre o consumo de veículos novos e combustíveis.

Porém, a crise oriunda de planos anteriores e do Plano Cruzaram agravaram e criou distorções dos preços e aumentos no nível geral de preços na economia, afastaria capital estrangeiro e entrada de investimentos diretos e fuga de capitais dos agentes econômicos.

Com as eleições no radar, o governo resistiu às pressões pelo fim do congelamento de preços e salários pois temia que tais realinhamentos ocasionassem uma retomada do processo inflacionário que prejudicaria assim, dessa forma, a continuidade do atual governo no poder. Em novembro de 1986, após a vitória nas eleições gerais, foi anunciada uma ampla reforma econômica, o chamado Cruzado II.

### **2.3.2 Plano Cruzado II**

Do final de 1986 até meados de 1987, o governo, na verdade, procurou administrar o que tinha sobrado do Plano Cruzado Original pois, o Plano Cruzado II chegou a ser apreciado pelo Congresso Nacional com uma série de 30 decretos e decretos-lei, mas ficou impraticável para o governo levar adiante o plano.

Nos meses que se seguiram com a adoção do plano, a inflação disparou e em dezembro e nos meses seguintes a inflação subiu muito devido ao acionamento do mecanismo de gatilho salarial. Muitas empresas decretaram falência devido ao aumento ininterruptamente da taxa de juros da economia na tentativa de frear a inflação.

Em fevereiro de 1987, o governo se viu obrigado a declarar a moratória do pagamento dos juros da dívida externa devido aos saldos negativos da balança comercial com a fuga de capitais e a deterioração das contas externas brasileiras. Em abril de 1987, Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu a pasta do Ministério da Fazenda com a difícil tarefa de estabilizar os preços da economia brasileira (Lacerda, 2010).

### **2.3.3 Plano Bresser**

O Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, em meados de abril e junho de 1987, sucedeu o então Ministro Dilson Funaro, seguiu o programa de estabilização de 1986, o Plano Cruzado e voltou a congelar os preços, salários e tarifas na economia. O Plano Bresser foi elaborado na metade do ano de 1987 e em junho do corrente ano a inflação chegou a 25,87% ao mês. O objetivo de conter o processo inflacionário inercial, nas palavras do próprio ministro, incorporava elementos ortodoxos e heterodoxos e acreditava-se que a inflação passada sinalizaria a inflação do presente e a do futuro (Brito, 2004).

As principais medidas adotadas para atingir os objetivos básico com o plano foram, segundo Brito (2004), a saber:

1. o congelamento geral de preços e salários, por um prazo inicial de 90 dias; flexibilização dos preços e salários, com reajustes mensais com o objetivo de corrigir distorções e desequilíbrios, porém, esta

segunda medida só seria implementada após a implementação da primeira medida, ou seja, o congelamento geral decorrido os primeiros 90 dias;

2. liberação dos preços a serem definidos pelo livre mercado, após concluída a primeira e segunda medidas;
3. estabelecimento de um novo indexador, a Unidade de Referência de Preços, o URP, o que determinaria o teto para os reajustes dos preços como também os reajustes dos salários; adoção e implementação de uma política monetária e fiscal rigorosa com a intenção de reduzir o déficit público e a correção da poupança pelo, indexada a preços e correção dos Certificados de Depósito Bancário, os CDBs, pré-fixados pela tabela de conversão como também os RDBs, os Recibos de Depósito Bancário.

O Plano Bresser não foi capaz, segundo Brito (2004), de conter a inflação e com a redução dos salários, congelamento geral dos preços e a política de manter altas taxas de juros e elevada taxa real de câmbio desacelerou a economia brasileira que já vinha em um processo de desaceleração e aumento inflacionário.

Em dezembro de 1987, o então Ministro Luiz Carlos Bresser deixou o governo por não conseguir levar pra frente a reforma fiscal que pretendia e a inflação continuava a subir. O Plano Bresser fracassou, segundo Brito (2004), assim como o plano de estabilização antecessor devido a uma série de erros, medidas e equívocos adotadas como o congelamento dos preços e o indexador como a Unidade de Referência de Preços, logo após se deixaria de lado com a volta do IPC para o cálculo da inflação.

### **2.3.4 Plano Verão**

No dia 15 de janeiro de 1989, o então Ministro da Fazenda recém nomeado do Governo Sarney, Maílson da Nóbrega, anunciou outro um plano de estabilização, o Plano Verão, que congelaria novamente os preços, salários e tarifas da economia e causaria o terceiro choque econômico no país.

As principais medidas adotadas, segundo Corrêa (2010) foram, a saber:

1. Adoção de um vetor no índice oficial de preços do país para que a inflação passada registrada não se propagasse para a taxa do mês seguinte;
2. Corte de três zeros da moeda nacional vigente e a criação do Cruzado Novo;
3. Criado o Bônus do Tesouro Nacional, o BNT;
4. A correção da caderneta de poupança passou a ser feita pela Letra Financeira do Tesouro (LFT) e corrigida pela taxa do overnight, menos 0,5%;
5. A partir de abril, a poupança voltaria a ser indexada à inflação (corrigida pelo IPC- Índice de Preços ao Consumidor);
6. Os salários, as aposentadorias e os aluguéis foram congelados e corrigidos pela média real dos últimos doze meses;
7. Investimentos como os Certificados de Depósitos Bancários, Recibos de Depósito Bancários e contas a pagar tiveram tabelas de conversão;
8. O dólar oficial também foi congelado, com paridade de US\$1,00 por NCz\$1,00;
9. Estímulo no mercado de capitais, que fazia com que a bolsa de valores subisse com força até maio de 1989 e;
10. O câmbio foi desvalorizado em 16,38%, o qual ficaria congelado indeterminadamente.

O Plano Verão tratou outra uma vez de um plano misto, de estabilização econômica, com características heterodoxas e ortodoxas, o qual procurou no curto prazo, contrair a demanda agregada e, no médio prazo, promover a queda da inflação. O Plano usou como mecanismo para atingir seus objetivos a manutenção de taxas reais de juros elevadas, a restrição do crédito ao setor privado, desindexação e promessa de ajuste fiscal.

Uma das principais medidas adotadas foi o congelamento de preços por tempo indeterminado como também a conversão dos salários pelo poder de compra médio dos doze meses anteriores e reajustados. Contudo, vários fatores convergiram para o fracasso do Plano Verão, desde o início, segundo Corrêa (2010), a “inflação, que caíra para 3% em fevereiro, elevar-se-ia, já em abril, para 7%.” Com a inflação alta, muito das medidas adotadas advindas do Plano Verão,

o governo teve que subir as taxas de juros, o qual não cumpriria uma de suas promessas e metas de reduzir o déficit público naquele período.

Embora os três planos, Cruzado I e II, Bresser e Plano Verão tenham procurado eliminar a inflação e estimular a economia e o crescimento econômico, o que se viu foi o aumento da inflação a níveis altos do que antes em períodos anteriores, no limiar da hiperinflação e em 1989, a inflação chegou a 1.764,86% ao ano, enquanto as taxas mensais foram de 64,17%, no início de 1990, 73,21% em fevereiro e 85,12% na primeira quinzena de março, no decorrente ano de 1990 (Corrêa, 2010).

### **2.3.5 Plano Collor I**

O Plano Collor I foi o quinto programa de estabilização econômica no Brasil desde o Plano Cruzado e visava, a saber, segundo Brito (2004), as seguintes medidas de estabilização econômica: a introdução do Cruzeiro, em extinção ao Cruzado Novo, medida na área monetária; medidas de arrecadação, como aumento de impostos; desburocratização das operações sobre importações e exportações, na área do câmbio; congelamento geral dos preços dos bens e serviços; bloqueio geral dos ativos financeiros e congelamento geral das aposentadorias, dos salários e dos aluguéis.

O Plano Collor I foi o plano heterodoxo que utilizou a reforma monetária como mecanismo central da estabilização, segundo Franco (2013), de maneira a ultrapassar todos os outros planos econômicos em intervencionismo, instituiria o congelamento geral de preços e salários, semelhantes as medidas adotadas nos Planos Bresser, Cruzado e Verão.

A reforma monetária que se seguiu no dia 15 de março de 1990, o qual posteriormente ficou conhecido como o Plano Collor, foi segundo Franco (2013), controverso e traumático de todos os outros planos heterodoxos devido à urgência que o período exigia no controle da inflação.

Em março de 1990, o índice de inflação foi o maior da história do Brasil, com o INPC na casa de 82,2% ao mês, IPCA em 82,4% e o IGP-DI em 81,33%, o qual não dava para disfarçar que o país vivia uma hiperinflação, atingiria 50% mensais o índice de inflação calculado (Franco, 2017).

Essas soluções drásticas para a hiperinflação eram a dura resposta do governo de restringir a liquidez que utilizaria da reforma monetária como alternativa para os choques inflacionários que o país vivia naquele período. Essas medidas adotadas implicaram em uma retração da atividade econômica como resultado direto das medidas monetárias e fiscais adotadas.

O confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada como medida fiscal sobre as aplicações financeiras implicou no fechamento de inúmeros órgãos públicos (Corrêa, 2010).

O Plano buscou na política monetária com a medida provisória de 1990 corrigir os problemas enfrentados pelos planos heterodoxos anteriores no controle inflacionário o qual acreditou-se que os consumidores tinham a ilusão de que ao sacarem seus recursos e transformarem em consumo tencionava ao aumento da inflação na economia. Dessa forma, na política monetária o governo bloqueou a liquidez e limitou os saques.

Na área fiscal o governo queria um superávit no PIB, para isso, na reforma fiscal o governo criou o imposto sobre o patrimônio e o aumento do IOF, imposto sobre as operações financeiras como também foi intensificado a fiscalização dos recolhimentos dos impostos com o objetivo de inibir a sonegação.

Para atingir este superávit do Produto Interno Bruto, o governo também fez cortes nos gastos públicos, nos subsídios a setores como também encerrou as isenções e incentivos fiscais considerados não constitucionais. O governo também privatizou empresas estatais que geraria uma receita extra para os cofres públicos e no final do ano de 1990 o governo conseguiu atingir seu objetivo de superávit.

A privatização das estatais alterou a estrutura do Brasil com a liberação comercial e financeira, além da redução do papel do Estado na economia. Para o governo Collor, as privatizações e os planos de estabilização econômica eram a única alternativa para incorporar o capital estrangeiro para o país, liberaria assim dessa forma, os déficits públicos para o setor privado.

O Plano Collor I buscou reduzir e controlar a inflação e gerar um controle monetário, geraria estabilidade e controle nos preços e competitividade para o país, porém, as medidas adotadas não surtiram os efeitos desejados e a inflação voltou a subir nos meses seguintes (Macedo da Silva, 2018).

### 2.3.6 Plano Collor II

O Plano Collor II foi na verdade a continuação do plano anterior, ou seja, tinha como objetivos centrais o equilíbrio das finanças públicas, privatizações, modernização do parque industrial e controle inflacionário. O Plano Collor II foi a continuação de um programa de estabilização que em fevereiro de 1991 promoveu um novo congelamento de preços na economia como uma tentativa, segundo Brito (2004), de controlar e frear a inflação que já estava em 20% naquele período.

Diferentemente do Plano Collor I, não houve congelamento geral de preços, porém os salários e as aposentadorias foram corrigidos pela média real dos últimos 12 meses e novamente congelados até julho e os aluguéis foram congelados e reajustados também.

O governo também centralizou todos os gastos públicos no Ministério da Economia e estabeleceu que as empresas de economia mista, sejam elas públicas, controladas diretamente ou indiretamente pelo Estado, deveriam reduzir os seus gastos em valores reais em até 10% (Brito, 2004).

Contudo, as medidas adotadas pelo Plano Collor II fizeram com que no período de 1990 à 1992 a inflação disparasse seguido por uma recessão econômica que ocasionaria o aumento do desemprego e queda dos salários reais. O PIB, Produto Interno Bruto, caiu no período e os efeitos do confisco no Plano Collor I, além das denúncias de corrupção no governo de Fernando Collor, culminaram no impeachment em outubro de 1992.

Segundo Giambiagi (2016), a forma que o governo encontrou de controlar a inflação no Plano Collor II era através da racionalização dos gastos nas administrações públicas, do corte das despesas públicas e da aceleração do parque industrial, como já mencionado.

Acreditava-se que os cortes fiscais e das despesas baixassem a inflação, o que fundamentaria maiores cortes fiscais e melhoraria os fundamentos e daria credibilidade para o governo, geraria pequenas vitórias para a administração da política econômica em um contexto onde o cenário econômico político e social estava em caos absoluto devido às denúncias de corrupção no governo e

consequentemente a renúncia de Collor, devido a abertura do processo de impeachment.

Com a renúncia de Fernando Collor, assumiu o seu vice, Itamar Franco, que convidou Fernando Henrique Cardoso, um dos arquitetos do Plano Real para ser, inicialmente, no governo de Itamar, seu ministro das Relações Exteriores e, depois, ministro da Fazenda (Corrêa, 2018).

Dessa forma, deu-se início a estratégia de combate à inflação em suas três fases iniciais: com o ajuste fiscal, desindexação e a âncora nominal. O Plano Real marcaria um marco histórico no Brasil ao introduzir uma nova moeda e lançar as bases das reformas necessárias para o combate à inflação, daria assim o início a um novo Brasil.

### 3. PLANO REAL EM SI

Depois de inúmeras tentativas e planos de planejamentos econômicos, em 1994 o Brasil adotaria e implementaria um novo plano de estabilização, o Plano Real. Apoiado por uma equipe de economistas do governo de Itamar Franco, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso implementou um plano de estabilização econômica concebido em três etapas fundamentais que foram as bases para a estabilização da hiperinflação, segundo Corrêa (2010).

As três etapas iniciais para o plano foram, saber: O estabelecimento do equilíbrio das contas públicas do governo federal, receitas e despesas, objetivaria eliminar a causa da inflação; a criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV) e a emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável.

Um dos pontos principais nesse novo plano de estabilização era que o Real não incluía o congelamento de preços na economia, um verdadeiro pesadelo e experiências ruins dos anteriores planos de estabilização, segundo Corrêa (2010).

Os desafios para a economia brasileira na década de 90 eram as reformas, de âmbito estrutural, reformas fiscais e tributárias, monetárias, patrimonial, financeira e administrativa que se seguiram durante os anos de 1990, apontam o Plano Real como a melhor experiência de estabilização da economia brasileira em décadas.

Para Pedro Malan (Livres, 2023), um dos arquitetos do Plano Real e Ministro da Fazenda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, comenta que “para continuar em frente, o Brasil não pode ceder na sua luta contra a inflação. Esta luta não é um fim em si mesma. É, porém, uma condição indispensável para alcançarmos o desenvolvimento com maior justiça social, objetivo principal deste governo e de todos nós, brasileiros”.

Pedro Malan entendia que o primeiro passo a ser dado antes de estudar os acontecimentos econômicos, é primeiramente tomar perspectiva da situação, ou seja, é preciso ter um contexto do panorama geral a ser levado em consideração o que nos leva a questionar “como nos vemos” e “como o planeta nos vê”, isso inclui investidores, empresas, governo e a opinião pública, esta última fundamental para o sucesso da implementação do Plano Real.

O Plano Real trouxe mudanças que ocorreram simultaneamente, a saber: primeiro a alteração do perfil do mercado consumidor, reestruturação produtiva com aumento do coeficiente de importação, privatizações de empresas estatais, acelerado processo de abertura da economia brasileira e a segunda foi a entrada de novos concorrentes por meio de investimentos diretos por meio de fusões ou aquisições.

O plano econômico introduzido pelo ex-presidente Fernando Henrique e seu grupo de economistas fez com que a inflação caísse e o ambiente econômico tornou-se, dessa forma, estável e previsível, com a introdução de uma nova moeda, o Real.

A moeda, segundo Brito (2004), passou a exercer três funções básicas: meio de pagamento; denominador comum de valores e reserva de valor. É interessante analisar o comentário de Brito do porquê do êxito na estabilização foi fundamental para o controle da inflação, muito por causa dos erros cometidos dos choques anteriores heterodoxos, ou seja, a chamada “febre do consumo” e a expansão do crédito:

Dois foram os instrumentos fundamentais para o controle da inflação, conhecidos como âncora monetária e cambial, [...]. A sociedade, ao antever a estabilização, respondeu com um incremento de consumo. O governo adotou uma política de taxas de juros reais elevadas. Ampliaram-se os depósitos compulsórios junto ao BC, tanto para os depósitos a prazo das instituições financeiras, como para os depósitos a vista, para os quais, inicialmente, instituiu-se uma taxa de recolhimento de 100% sobre os depósitos marginais. Visava-se impedir a remonetização da economia e conter a demanda que fora aquecida (Brito, 2004, p. 27).

As experiências e desafios de planos econômicos introduzidas anteriormente em conter a inflação de forma duradoura, trouxeram aprendizados com a estabilização da moeda brasileira, segundo Malan (2023), fatores para o seu sucesso.

Diante disso, o presente capítulo abordará uma contextualização histórica descritiva do Plano Real, analisará seus antecedentes, sua formulação e as medidas adotadas para a implementação e incluirá suas fases na consolidação do planejamento.

### 3.1. ANTECEDENTES DO PLANO REAL

A partir da posse do Vice-Presidente de Fernando Collor, Itamar Franco, o governo deu-se continuidade ao processo de reformas que lançaria assim, dessa forma, as bases do programa de estabilização que daria um fim no qual acreditava o governo, à alta da inflação no Brasil.

Para entender o Plano Real, é preciso conhecer seus antecedentes e acontecimentos, explorar a história para então compreender quais fatores levaram na análise da escalada da inflação e descontrole inflacionário, a dívida externa.

Durante o chamado “Milagre Econômico<sup>11</sup>” que ocorreu entre 1968 e 1973, o PIB do Brasil cresceu de forma muito elevada e rápida com industrialização e um ambiente interno de baixa inflação. Pedro Malan (Livres, 2023) cita que o elevado crescimento do PIB no período, se deu, em parte, da expansão da industrialização que culminou em níveis baixos de inflação o qual foi custeada com capital estrangeiro, o que levou a um aumento da dívida do Brasil.

Em 1973, essa dívida aumentou por causa do 1º Choque do Petróleo que fez com que o preço do barril subisse de forma abruptamente, algo que, segundo Malan (2023), não havia ocorrido na história de forma tão rápida.

Na época o Brasil era muito dependente da importação do petróleo para suprir as necessidades energéticas internas do país e com o aumento abrupto dessa commodity, o Brasil foi um dos países que foi afetado pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP, de quadruplicar seu preço.

O Brasil à época do 1º Choque do Petróleo, segundo Malan (2023), importava muito acima de suas necessidades energéticas, e o choque de oferta ocorrido fez com que o governo federal tivesse de tomar medidas que viriam a aumentar a dívida do país. Em 1974, um plano foi elaborado, um Plano de Investimento Interno que visava primordialmente substituir as importações no país.

---

<sup>11</sup> O "milagre econômico" (1968-1973) foi um período de rápido crescimento do PIB, impactado pelos investimentos públicos e capital privado de estrangeiros.

No entanto, em 1979 ocorreu o 2º Choque do Petróleo o qual fez com que o preço do barril subisse, o que fez com que os Estados Unidos elevassem a taxa básica de juros da economia americana, impactaria diretamente a economia do Brasil e elevaria a dívida externa.

Os choques dos planos econômicos heterodoxos anteriores em conter a inflação levou o país a registrar níveis altos de descontrole inflacionário com variações mensais muito altas no início da década de 90, o que fez com que o novo governo, em descompasso com o governo anterior, desmembrasse o Ministério da Economia em dois, criaria assim dois ministérios, na sua composição original, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento

O presidente na época, Itamar Franco, dizia que: “a estabilização devia vir por uma outra via totalmente diferente daquela adotada pelo Plano Collor”, insistiria em dois pontos: queda da taxa de juros e controle dos preços dos oligopólios. Sete meses depois de assumir a presidência do Brasil, Itamar Franco viria a convidar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir o Ministério da Fazenda, o qual seria um dos arquitetos do Plano Real.

Franco (2017) cita que havia uma incapacidade tão óbvia das três primeiras presidências depois do retorno à plenitude democrática pois não conseguiam entender e muito menos lidar com o problema da inflação que eram visíveis na historiografia do país. É interessante ver o comentário de Franco sobre a percepção da incapacidade dos governantes na Nova República com o total desconhecimento sobre o controle inflacionário na economia brasileira:

A nova república teve início com a inflação em 198% anuais (pelo IPCA, nos doze meses anteriores a março de 1985), ultrapassou oficialmente a fronteira técnica da hiperinflação (50% mensais) em dezembro de 1989 e terminou com a inflação em 82,4%, apenas no mês de março de 1990, correspondentes a uma taxa anualizada de 135,423%. Nada melhor se passou com o presidente Fernando Collor, o primeiro eleito em pleito direto desde o início da década de 1960 e titular de imensa legitimidade para propor medidas drásticas e sacrifícios para livrar o país da inflação. Suas ações foram contundentes, mas seu legado foi de profunda decepção e ressentimento. O vice-presidente, agora o 33º presidente da República, entrava no oitavo mês no cargo com a inflação média mensal em 26,4% e experimentaria uma aceleração proporcional à apatia das lideranças políticas diante do problema (Franco, 2017, p. 647 à 648).

Alinhado ao desconhecimento de um planejamento adequado ao combate à inflação e os planos econômicos anteriores de estabilização, o crescimento médio do PIB no período que se estende entre os governos de Collor e Itamar

(1990-1994) foram razoável, segundo Franco (2017), para o momento em que a economia se encontrava.

Porém, o Plano Collor I foi um desastre para a economia, muito devido, segundo Giambiagi (2011), pelo sequestro de liquidez realizado no Plano Collor I, geraria uma forte retração na economia de (-4,3%) do PIB (1990) com a indústria perto de 8,2% naquele período.

Essa queda do PIB deu-se em função da crise instalada pelo *impeachment* de Collor, a retração da economia em todos os setores, especialmente no setor de bens de capital, o qual só veio a se recuperar em 1993. As vendas de bens de consumo duráveis apresentaram uma queda devido a uma retração nas vendas pelo aumento dos juros reais que provocaria uma queda em um setor essencial da economia brasileira.

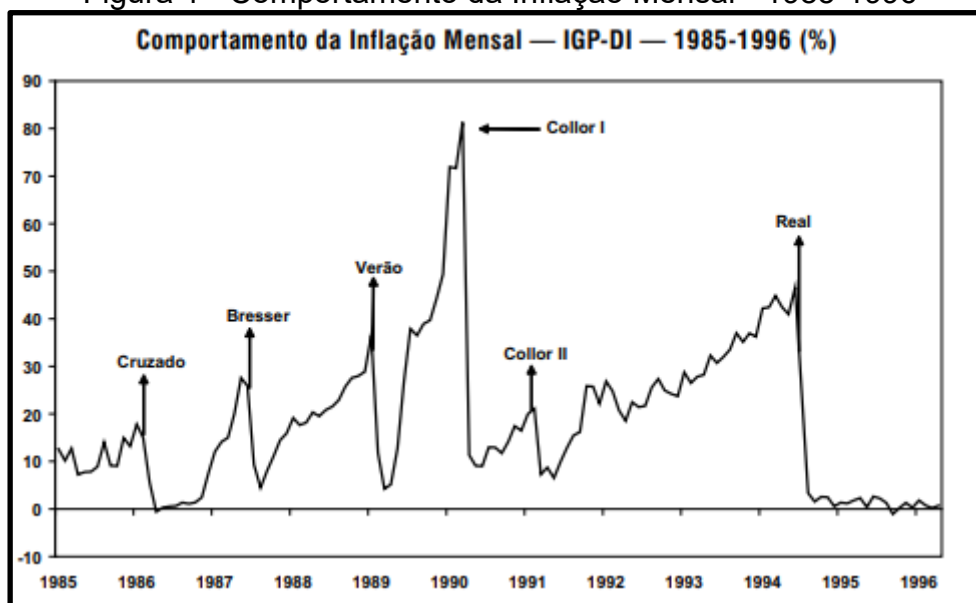
O setor de bens de capital também teve uma queda acentuada no setor da indústria, o qual só veio a se recuperar no ano seguinte. A economia brasileira no período de 1993 a 1994 apresentou taxas expressivas de crescimento, associado com a recuperação da indústria e da agropecuária, esta última cresceu 5,5% em 1994. O PIB cresceu 4,9% em 1993 e 5,9% em 1994 que contribuiria para a queda da inflação (Giambiagi, 2011).

Quanto à inflação, o resultado obtido com a implementação de planos de estabilização seguia o mesmo comportamento observado nos planos anteriores. As taxas, segundo Giambiagi (2011), caíam imediatamente após a implementação o qual apresentou uma estabilização temporária, mas depois voltou a subir. O Brasil vivia, nos dois primeiros meses de 1990, um cenário de hiperinflação com a taxa de inflação mensal que ultrapassaria 80% ao mês.

Com a introdução do Plano Collor I, a inflação baixou de forma imediatamente nos primeiros meses observados, para patamares próximos de 10% ao mês. Em 1991, as taxas mensais dobraram, e o Plano Collor II, introduzido em janeiro de 1991 fez com que a inflação voltasse a cair, porém voltou a subir e acelerar continuamente nos meses seguintes.

Giambiagi (2011) apresenta o comportamento da inflação de 1985 a 1996 que passaria pelos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II e Plano Real que mostrou que o padrão de comportamento da inflação com a introdução de planos econômicos só veio a modificar-se com a introdução do Plano Real, como pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 - Comportamento da Inflação Mensal - 1985-1996



Fonte: FGV (IGP-DI mensal).

A balança comercial, segundo Giambiagi (2011), no período de 1990 a 1994, nos dois primeiros anos de 1990/91, houve uma retração nas exportações, comportamento este observado pela recessão econômica no início da década de 1990 e posteriormente a expansão ocorrida com a intensificação da abertura comercial da economia brasileira.

Os três anos seguintes fizeram com que a balança comercial crescesse e as exportações, como as de manufaturados, também cresceram. 1990 como ano-base para análise, as exportações (em US\$) encontraram-se em 1994 26,3% superior ao período anterior observado e as de manufaturados, 46,8% superior, de igual período de observação dos dados analisados.

Quanto às importações, Giambiagi (2011) cita que durante o período continuaram a crescer a um ritmo razoável, 12,6% em média e a tarifa média de importação caiu de 32,2% para 14,2% e as importações cresceram, em 1994, 60% superior ao vigente em 1990.

As importações de bens de capital sofreram um corte de 16,7 pontos percentuais que aumentaria em 91,4% no mesmo período observado, os gastos de aquisição de automóveis importados, de US\$31 milhões, em 1990, para US\$1,6 bilhão, em 1994.

Quanto às contas públicas, interessante observar a análise de Giambiagi sobre a introdução de novos tributos e aumento de alíquotas com o Plano Collor II:

O Plano Collor II, ao introduzir novos tributos e aumentar alíquotas, provocou uma melhora significativa nas contas primárias, que passaram de um déficit de 1,0% do PIB, em 1989, para um superávit de 2,3% em 1990. O resultado primário continuou a melhorar, de forma gradual, porém, essa trajetória foi interrompida pela crise política que se instalou no país em 1992. Os esforços realizados pelo PAI - sobretudo no que se refere ao combate à sonegação, aliado à desvinculação de receitas - permitiram uma melhora do resultado primário, que ultrapassou os 5,0% do PIB, em 1994 - embora essa melhora tenha sido praticamente revertida em 1995 (Giambiagi, 2011, p. 176).

Na Tabela 5, ao analisar que, antes do Plano Real entrar em vigor na economia brasileira, houve uma melhora nas contas públicas do Governo Federal, embora, o próprio autor comenta que o ano de 1994 seja de difícil análise:

Tabela 5 - Necessidades de Financiamento do Setor Público - 1990-1994 (% do PIB)

	1990	1991	1992	1993	1994
Déficit Operacional	-1,4	0,2	1,9	0,8	-1,3
Resultado primário	2,3	2,7	1,6	2,2	5,2
Juros reais líquidos	0,9	2,9	3,5	3,0	3,9

Fonte: Giambiagi (2011).

Na Tabela 6, observa-se que no período de 1990 à 1994, os principais indicadores macroeconômicos da economia do Brasil tiveram um crescimento médio abaixo do PIB, inflação média na ordem de quatro dígitos e as exportações cresceriam 4,8% e as importações, 12,6%, ou seja, uma taxa média anual bem superior observado naquele período:

Tabela 6 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos - 1990-1994 (médias anuais por período)

	<b>1990-94</b>
Crescimento do PIB (% a.a.)	<b>1,3</b>
Inflação (IGP dez./, % a.a.)	<b>1.210</b>
% do PIB a preços correntes	<b>19,5</b>
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	<b>4,8</b>
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	<b>12,6</b>
Balança comercial (US\$ bilhões)	<b>12,1</b>
Saldo em contracorrente (US\$ bilhões)	<b>-0,3</b>
Dívida externa líquida/Exportações de bens	<b>3,2</b>

Fonte: Giambiagi (2011).

O crescimento dos principais indicadores macroeconômicos no período de 1990 a 1994 se deu, muito por conta, do início do processo de privatização das empresas da União como também da abertura econômica. Os dois planos elaborados no governo do ex-presidente Fernando Collor, Plano Collor I e II, fracassaram na intenção de alcançar uma estabilidade duradoura de preços e controle inflacionário.

Com a renúncia do ex-presidente Collor, o período foi conturbado, com a posse do vice-presidente da República, Itamar Franco, o modelo de crescimento do Brasil, marcado nos planos anteriores com ênfase na substituição de importações, havia se esgotado, e um novo modelo e planejamento econômico surgiria como uma estratégia de estabilização dividida em três fases.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, da mesma forma que seus antecessores na gestão da economia brasileira, iniciou a sua gestão diante da estranha e paradoxal exigência de não fazer pacotes e choques. As condições e o ambiente político para um plano de estabilização de combate à inflação pareciam levar a lugar nenhum. O desafio que o então ministro teria na sua gestão ao criar um novo plano de estabilização era como fazer.

No dia 13 de junho de 1993, na sua primeira tentativa de levantar um diagnóstico da economia do Brasil, foi criado o Programa de Ação Imediata, o

PAI, o qual é interessante analisar o comentário de Franco (2017) sobre essa resposta do ministro:

O PAI, de 13 de junho de 1993, era uma resposta inicial de enorme conteúdo simbólico. Era também, uma ambiciosa coleção de agendas fundamentalistas e de medidas concretas numa quantidade até então inédita. Talvez a maior importância do PAI tenha sido justamente a de oferecer um “não pacote” a uma nação ao mesmo tempo traumatizada, mas desejosa, senão de uma mágica, de um diagnóstico honesto, para começar (Franco, 2017, p. 650 à 651).

O Programa de Ação Imediata era composto de 58 medidas direcionadas a seis áreas consideradas prioritárias para o governo, tais como: corte de gastos; relacionamento com estados e municípios; recuperação de receitas; bancos estaduais; bancos federais e privatizações. O programa visava uma reestruturação das finanças públicas do governo como também com a crescente preocupação com o equacionamento de ativos e passivos de médio e longo prazo da União, uma preocupação que o atual ministro não queria ignorar em sua gestão (Franco, 2017).

Para que essas medidas fossem implementadas, foi necessário um amplo apoio da população como também uma combinação de medidas de natureza fiscal com uma ampla reforma monetária, como aquelas ocorridas em países de inflação e repercussão em países como a Alemanha, a Áustria, a Hungria e a República Popular da China.

Para isso, o Plano continha em sua estrutura vários programas estruturantes, comumente também chamados de “mudanças de regimes”, como a alteração do regime fiscal e monetário, a renegociação das dívidas dos estados da União assim como a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária.

O Programa funcionou como uma espécie de testamento antecipado para o Plano Real, segundo Franco (2017), em que se dizia que era preciso mexer nas bases do Estado, privatizar e fazer as chamadas reformas estruturais, estas principais para o projeto explícito do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, naquela fase.

Dessa forma, sabia-se com total clareza, que os problemas a serem enfrentados naquele período exigiria uma capacidade elevada de execução em assuntos fiscais, o qual exigiu. Os ensaios acadêmicos anteriores, segundo

Giambiagi (2011), eram contaminados pela fé em que a natureza da inflação se resumia inteiramente à inércia, e que não houve nenhuma reconstrução a ser feita nas instituições fiscais e monetárias do Brasil.

### 3.2. FORMULAÇÃO DO PLANO REAL

Ao longo da história do Brasil, o país enfrentou e passou por diversas crises, contínuas e críticas como a que ocorreu na década de 1980 e início dos anos 1990 com a hiperinflação. A recessão econômica que o país enfrentou, caracterizado pela falta de responsabilidade fiscal, fez com que o país, apesar de viver um breve crescimento econômico acelerado, ficasse vulnerável a choques externos que culminaria na chamada “década perdida” e recessão econômica.

A inflação atingiu níveis altos, fez com que os preços de alimentos subissem, como o feijão que, entre janeiro e um período posterior, aumentou 2.782%, geraria um estado de desespero entre a população, que assim que recebiam seus salários do seu trabalho, eram obrigados a sacar no banco imediatamente e correr para as filas dos supermercados para comprarem os alimentos e estocarem antes que os preços dos produtos voltassem a subir devido à hiperinflação que o país vivia na época (Giambiagi, 2011).

É interessante citar o comentário de Franco (2017), um dos arquitetos do Plano Real, sobre como era o cenário de hiperinflação que o país enfrentava e como o ambiente de estresse afetava o cotidiano, como as compras comuns do dia a dia dos brasileiros:

A vida com a inflação era uma correria, de múltiplas formas. Você precisava rápido receber seu salário e correr para o supermercado [...] mas tudo o que você fazia, o dinheiro que você pegava, você tinha que correr para o banco, entrar numa fila, [...] e colocar o dinheiro no overnight rápido possível. Então, a vida era uma correria na esteira, você não sai do lugar e se você parar é devorado (Livres, Esp. Plano Real - Parte 1, 2018).

Com o fim do governo militar, uma longa batalha contra a hiperinflação no país se intensificou, em busca de estabilidade econômica e da confiança da sociedade brasileira. Diversos planos econômicos de estabilização foram implementados, muitos dos quais fracassaram, segundo o próprio arquiteto do

Plano Real, Franco (2017), por acompanharem o congelamento de preços e tarifas, substituições de moedas sem ajustes fiscais e monetários, o que fez com que estes planos anteriores implementados tivessem um efeito momentâneo na queda da inflação, porém os preços logo voltaram a subir.

A política de congelamento de preços e a fiscalização da população nos supermercados gerou uma crise de desabastecimento que levaria a população a uma desilusão com as políticas do governo de controlar os preços. De março de 1986 a junho de 1987, a inflação tinha atingido seu pico naquele período de 21,4% ao mês (Livres, 2018).

Novos planos econômicos e novas moedas foram introduzidas e as políticas de congelamento de preços se seguiram, como o confisco da poupança, que reduziu a capacidade de consumo das famílias, gerou desconfiança da população nas instituições financeiras e no governo.

Para enfrentar a hiperinflação, foi necessário, segundo Franco (2017), desenvolver e formular um novo plano econômico que fosse eficaz e combatesse o aumento de preços na economia. Dessa forma, foi criado o Plano Real que buscava além de controlar a hiperinflação, restaurar a confiança dos agentes econômicos, uma vez que a sociedade já não confiava nos esforços do governo de conter a inflação.

A formulação e posterior implementação do Plano Real foi, segundo Ricupero (Livres, 2018), complexa por envolver diversos fatores críticos e decisivos que o país vivenciava à época no ambiente político, social e econômico. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda durante o governo do ex-presidente Itamar Franco, seria uma “peça” fundamental no processo de formulação do plano de estabilização.

Para implementar um plano econômico que fosse efetivo, o ex-presidente Fernando Henrique convidou um grupo de economistas com experiência sobre a inflação para encontrarem soluções para o descontrole inflacionário, economistas renomados como Edmar Bacha, Gustavo Franco (2017) e Pedro Malan (2023). Edmar Bacha, por exemplo, foi um dos economistas que tinha participado do Plano Cruzado e tido uma experiência negativa na tentativa de estabilização, mas tinha experiência e já havia analisado profundamente a inflação no país (Livres, 2018).

O grupo de economistas tinha o entendimento de que para conter a hiperinflação no Brasil, o modelo de adotar apenas medidas de contenção ortodoxas levaria o Plano Real para o mesmo resultado de planos anteriores na contenção inflacionária.

Para isso, o grupo introduziu uma inovação no Plano Real, a Unidade Real de Valor, o URV, que conceitualmente serviu como uma moeda virtual com o único e exclusivo objetivo, inicialmente, de estabilizar os preços antes da introdução da nova moeda, que viria a ser o Real como conhecemos hoje,

O ex-presidente Fernando Henrique se consolidou como um dos principais responsáveis pela estabilização da economia brasileira, apesar de enfrentar resistências de grupos contrários ao projeto do Plano Real, segundo Malan (2023).

Durante os períodos de estresse da economia, a contabilidade pública do Brasil apresentava, durante décadas, certas deficiências. A dívida do Tesouro Nacional tornava a situação fiscal séria com os estados e municípios inadimplentes, e o ex-presidente Itamar Franco enfatizou a urgência da gravidade que o cenário econômico do Brasil passava (Livres, 2018).

A política inflacionária adotada pelo governo à época, segundo Franco (2017), consistia em aprovar o orçamento com uma expectativa de inflação, porém, em meio a uma inflação de 20% a 30% ao mês, as entradas e saídas, ou seja, as receitas e despesas levavam a um descompasso e dificuldade de pagar as contas orçamentárias. Os fundamentos fiscais se agravavam e a inflação, subestimada para aprovar o orçamento, alcançava percentuais maiores do que a estimativa, geraria problemas de arrecadação e equilíbrio.

A despreocupação do déficit fiscal, segundo Malan (2023), evidenciava uma falta de transparência do governo e da responsabilidade dos gestores públicos da década de 80 à 90, O financiamento que o governo fazia em obras públicas e o “sequestro” e uso inadequado, segundo Malan (2023), das reservas do Banco Central, evidenciou que o resultado só seria um, ou seja, um ambiente insustentável, fragilidade evidenciada, exposta e perda da credibilidade do sistema.

Para equilibrar receitas e despesas, era preciso um plano de ação imediato com foco no ajuste fiscal, ou seja, para equilibrar as contas do governo, a inflação, considerada uma “doença da moeda”, era preciso reestruturar as

contas e iniciar o processo de privatizações das empresas estatais para superar seus desequilíbrios econômicos.

Para isso, um plano de reforma monetária foi implementado com um pacote de políticas como a abertura comercial do Brasil e reformas administrativas. O governo precisou organizar as contas no âmbito federal, estadual e municipal e, segundo Franco (2017), os interesses pessoais tiveram que ser deixados de lado no atual cenário à época para que os objetivos sociais e econômicos, como o controle da inflação, criassem a base e sustentabilidade ao novo padrão monetário que seria introduzido.

Segundo Bacha (2023), foi preciso uma abordagem abrangente e coordenada por parte dos gestores públicos, pois apesar de haver uma discussão de um possível plano B, a realidade era que a solução para a crise que o Brasil vivenciava a décadas por crises econômicas, descontrole inflacionário, crises políticas e sociais refletiam não somente a complexidade do cenário econômico brasileiro, mas a falta de uma ação firme e conjunta por parte dos formuladores de políticas.

O então presidente da República, Itamar Franco (1993 a 1995), introduziu a “nova moeda” na economia em meio a uma crise econômica. O Plano de estabilização surgiu para acabar com a inflação o qual atormentaria o país há décadas e que planos anteriores não conseguiram em conter a alta inflacionária, apesar de o plano enfrentar resistências e ceticismo de políticos à época que acreditaram que o plano desenvolvido, segundo Ricupero (2023), era apenas um jogo político e não traria mudanças reais para a sociedade.

Contudo, segundo Franco (2023), era preciso resgatar a confiança da população quanto ao novo plano elaborado, e para isso o governo optou por uma comunicação com a sociedade aberta, clara e transparente, o que fez com que as pessoas pudessem se familiarizar com as novas normas e diretrizes expostas pelo governo quanto ao ajuste fiscal e a unificação da indexação, essenciais para a introdução da nova moeda na economia antes da sua chegada.

O governo também propôs à época um fundo social de emergência o qual visou desvincular partes das receitas da União, o que foi encarado pelo governo e debatido no Congresso Federal como uma oportunidade de um orçamento realista e necessário para os objetivos do Plano Real.

A comunicação clara e aberta com a sociedade, segundo Malan (2023), foi fundamental para aprovar pautas no Congresso Federal e implementar uma inovação incluída no Plano Real, que foi a conversão compulsória de salários, que sobre resistência de alguns setores, como a militar, que viu nessa proposta a possibilidade da volta do congelamento de seus salários, mas a população viu como uma nova oportunidade de estabilização e equilíbrio dos preços, salários e da inflação.

A sociedade brasileira estava confiante de que o Plano Real poderia de uma vez por todas acabar com a inflação, e a adesão de todos e a da sociedade, surpreendeu a todos com o sucesso do plano. Muito disso se deu, de fato, novamente, segundo Franco (2023), pela comunicação clara e o entendimento claro da importância das mudanças e propostas que estavam expostas para a população. As reformas eram necessárias e o medo de um novo congelamento de preços e salários foi afastado pelo governo com as reformas implementadas.

Dessa forma, a conversão da Unidade Real de Valor, a URV em real marcou uma nova fase econômica no Brasil que estabeleceria, dessa forma, as bases para o crescimento da economia brasileira, apesar das resistências enfrentadas durante a formulação e pós implementação da nova moeda, o Real (Livres, 2018).

No dia 1º de julho de 1994, foi lançado então o Real, a nova moeda no Brasil que marcou uma mudança na economia do Brasil e no combate à inflação, controle de preços, investimentos e crescimento duradouro. A inflação caiu abruptamente, que antes chegava a índices de 25% ao mês evidenciaria uma nova realidade e geraria um sentimento de resgate da confiança nas políticas do Estado.

As décadas de inflação e em alguns casos, de hiperinflação, foram marcados, conforme os próprios economistas comentam, pela falta de comprometimento com a responsabilidade fiscal e de um planejamento que contemplasse o longo prazo.

O Plano Real teve, segundo Malan (2023), fruto coletivo de toda a sociedade de entender a gravidade que o país enfrentaria naquele momento e do apoio as reformas necessárias para enfrentar os desafios econômicos do Brasil.

### 3.3. MEDIDAS ADOTADAS

Em maio de 1993 foi elaborado o Plano Real em três fases, com o principal objetivo de acabar com a inflação, problema herdado de décadas anteriores. O Real só entrou em circulação em 1994, seria a terceira e última fase do plano econômico de combate à inflação. O clima à época da implementação do Plano Real era de urgência e o ex-presidente Fernando Henrique assumiu a pasta do Ministério da Fazenda, o combate à inflação no Brasil era prioridade do então presidente Itamar Franco.

Economistas renomados como Edmar Bacha, Pêrsio Arida, Pedro Malan e André Resende compuseram o time de economistas responsáveis pela elaboração do plano econômico e em menos de 3 meses anunciaram a primeira fase do Plano Real: O ajuste fiscal (Folha, 2024).

Segundo Giambiagi (2011), na prática o diagnóstico do ajuste fiscal, a primeira fase do Plano Real, como pré-condição para a estabilização não foi validado, uma vez que a estabilização veio a despeito da piora das contas públicas do Governo Federal

O Programa de Ação Imediata, o PAI, inaugurou o processo de estabilização da moeda nacional com o lançamento do programa que visava reorganizar as contas públicas e ser a base para as etapas que viriam para a implementação do plano.

Para que o objetivo pudesse ser atingido inicialmente, o governo então decidiu primeiramente implementar políticas de austeridade para diminuir os gastos do governo ao mesmo tempo em que criou outras formas de aumentar a arrecadação e conseqüentemente aumentar as receitas da União.

Foram ampliados os programas de privatizações e foram feitas alterações no sistema tributário do Brasil como o aumento de impostos no lucro líquido das empresas brasileiras, com o imposto sobre as transações financeiras, reestruturação das alíquotas cobradas no imposto de renda como também se intensificou o combate à sonegação fiscal.

O resultado destas medidas adotadas inicialmente fez com que o governo tivesse uma parte destes recursos livre para gastar, criaria superávits e aumentaria a receita da União, o qual foi puxado pela política tributária de aumento dos tributos que no período subiu de 25% do PIB em 1993 para 28%

do PIB em 1994. No final de 2002, essa taxa chegaria a 32% do PIB e manter-se-ia estável nos anos seguintes. (Ipeadata, 2024).

Quanto às despesas, o governo implementou cortes em vários setores do funcionalismo público, reduziu investimentos, diminuiu os repasses dos recursos para os estados e municípios, porém, as ações adotadas na contenção das despesas do governo não foram efetivas, as despesas subiram de 10,6% do PIB em 1992 para 13% do PIB em 1995, uma espiral de crescimento contínuo (Folha, 2024).

A primeira fase do Plano Real, o ajuste fiscal, foi um dos elementos fundamentais para as medidas seguintes que foram adotadas, pois o ajuste fiscal não fazia parte do esboço no combate à inflação. Contudo, um fator poderia frustrar o combate à inflação no Brasil à época: a desvalorização da moeda frente ao dólar.

Segundo Giambiagi (2011), a estratégia adotada pelo governo na segunda fase procurou tratar o componente inercial da inflação, através da URV. Com a desvalorização da moeda nacional, os produtos e insumos importados do exterior ficaram caros e para contornar esse problema, o governo lançou então a segunda fase do Plano Real, a URV, a Unidade Real de Valor.

Foi criada uma moeda fictícia, a URV, Unidade Real de Valor que serviu de base de cálculo para as variações do Cruzeiro para o Real, daria assim início para o processo de transição da moeda vigente à época, o Cruzeiro, para o Real brasileiro. O ciclo de transição para a nova moeda ocorreu no dia primeiro de julho de 1994 e a nova moeda introduzida na economia brasileira, entrou em circulação no país, daria início a terceira e última fase do plano econômico, o Real.

É interessante analisar o que Giambiagi cita sobre a terceira fase do Plano Real:

Enquanto as duas fases iniciais do Plano foram extremamente bem elaboradas e envolveram longo debate acadêmico, a terceira fase, após os tropeços iniciais, acabaria por se caracterizar por uma estabilização através do uso do câmbio e dos juros como âncoras para os preços, num contexto de liquidez abundante. O que caracteriza esta fase, portanto, é o pragmatismo e a agilidade nas respostas aos desafios que se impunham, sobretudo consideraria os sucessivos choques externos vividos (Giambiagi, 2011, p. 177).

O Plano Real foi um sucesso no combate à inflação, segundo Giambiagi (2011), se comparado a planos de estabilização implementados anteriormente. Algumas vitórias, porém, vieram com algumas derrotas. A elevação da taxa de juros reduziu o grau de investimentos das empresas estatais no país, o aumento de impostos prejudicou o poder de compra e o consumo interno dos brasileiros como também aumentou, no período da implementação do Plano Real, o desemprego no Brasil (Folha, 2024).

Na avaliação dos brasileiros, as iniciativas do governo e as medidas adotadas para controlar a inflação deram maior estabilidade tanto política quanto econômica no Brasil, e a hiperinflação que foi um pesadelo nas últimas décadas, tinha chegado ao fim e daria início a um processo de estabilidade e planejamento econômico e uma nova era de novos desafios e oportunidades para a economia do Brasil.

#### **4. LEGADO DO PLANO REAL: ANÁLISE TÉCNICA E CRÍTICA DOS 30 ANOS DE ESTABILIDADE ECONÔMICA NO BRASIL**

Durante as últimas três décadas, de 1994 à 2024, a economia brasileira enfrentou desafios e transformações desde a implementação do Plano Real, resultaria em avanços significativos na economia do Brasil. Dessa forma, as políticas econômicas e as perspectivas para o desenvolvimento do país necessitam de uma análise sobre os impactos para a economia.

Em julho de 1994, os brasileiros testemunharam um novo plano econômico com o lançamento de uma nova moeda, o Real, que marcou um ponto de inflexão e transformações na história do Brasil. O objetivo era simples, e o problema a ser solucionado, já era conhecido anteriormente. O combate a hiperinflação que corroía a moeda e o poder de compra dos brasileiros desestabilizava as estruturas de economia, geraria desconfiança e desigualdades em proporções inéditas na história do país até então,

Com o lançamento do Plano Real em 1994, as bases para uma estabilidade monetária foram introduzidas. De 1994 à 2024, passados 30 anos desde a implementação do plano, os desdobramentos e os impactos gerados necessitam de uma análise objetiva para que se possa compreender os avanços gerados na economia e na vida dos brasileiros, os desafios e transformações que marcaram os últimos 30 anos que moldaram as estruturas e a economia nacional do país.

Para estruturar essa análise, buscar-se-á dividi-la em períodos de dez anos: a primeira análise abrangerá o período de 1994 até 2004, abrangendo dessa forma os primeiros dez anos pós Plano Real e consolidação dos ajustes iniciais da estabilidade monetária e crescimento econômico.

A segunda análise abrangerá o período de 2005 até 2014, explorando o crescimento econômico e os impactos das políticas adotadas, seus indicadores e resultados. A terceira e última análise, consolidando assim os últimos 30 anos do Plano Real, abrangerá o período de 2015 a 2024, refletindo sobre os resultados econômicos, o controle inflacionário, indicadores relevantes como o crescimento do PIB e a distribuição de renda.

Por fim, buscar-se-á também, uma análise abrangente sobre o tema para o debate público do sucesso e das fragilidades observadas sobre um dos planos

econômicos complexos e emblemáticos da história do país. Por meio dessa abordagem adotada e da análise de dez em dez anos, o que se pretende é oferecer uma visão clara e objetiva sobre o real nas últimas três décadas e as perspectivas para o futuro e as próximas décadas de desafios e transformações para a economia brasileira.

Diante do exposto, o presente capítulo tem como objetivo analisar a economia brasileira e o impacto do Plano Real buscando uma análise sobre os desafios e os desdobramentos da economia brasileira, analisando seus indicadores relevantes pós Plano Real e a perspectiva para o futuro do Brasil.

#### 4.1. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1994 À 2004

Nos primeiros dez anos após a implementação do Plano Real em 1994, o Brasil voltou a enfrentar crises internas e externas, desafios econômicos e mudanças estruturais na economia, representando uma transição que se iniciou na década de 1990.

Após a implementação do Plano Real, nos meses seguintes o país enfrentou oscilações no crescimento, porém uma maior previsibilidade no ambiente interno e controle inflacionário após a estabilização monetária. O Produto Interno Bruto cresceu entre 1994 e 1995 registrando o início da recuperação da economia do Brasil e refletindo os primeiros sinais positivos ao longo da década seguinte.

Nos anos de 1997 a 1998, o PIB teve uma leve retração, impactado pelas crises externas que se desenhou no horizonte, como a crise asiática de 1997-1998, pressionando as contas externas do país. Em 1999, o PIB do Brasil voltou a crescer, porém, de forma modesta, devido à crise cambial interna. Naquele mesmo ano o país adotou o regime de câmbio flutuante como o regime oficial.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Brasil voltou a atrair investimentos estrangeiros diretos para o país. Entre 2000 e 2004, o PIB voltou a crescer a taxas anuais e os investimentos estrangeiros diretos, que em 1994 estavam em US\$2 bilhões de dólares, saltaram em 2004 para US\$18,1 bilhões de dólares (Bacen).

A estabilidade monetária iniciada em 1990 e implementada com o Plano Real em 1994 permitiu ao Brasil, após o período inicial de crises entre 1994-

1998, atrair investimentos impactando, dessa forma, no crescimento da economia brasileira e modernizando os setores do país.

Entre 1994 e 1996, a renda média real, descontada a inflação, teve um salto relevante. O desemprego ao longo da década também apresentou oscilações positivas. As reformas econômicas implementadas entre 1994 a 2004 e a abertura gradual ao mercado global influenciaram no crescimento do desemprego, contudo, o Índice de Gini, que mede a desigualdade, caiu pelo maior poder de compra e controle inflacionário.

Apesar do crescimento inicial dos principais indicadores entre 1994 e 2004, as taxas de juros da economia, como a SELIC, durante todo o período de dez anos (1994-2004) mantiveram-se elevadas com picos em 1999. A taxa de juros alta controlava a inflação, porém, elevou-se a dívida pública em 2004.

A economia do Brasil entre 1994 e 2004 mostrou-se uma economia em transformação, ganhos em estabilidade, integração nas cadeias globais e crescimento nos principais indicadores relevantes. Os primeiros dez anos pós-Plano Real apresentou também limitações em crescimento sustentável e menor dinamismo econômico.

#### **4.1.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado**

O Produto Interno Bruto (PIB), é uma medida comum usada para auferir de forma geral a atividade econômica de um país. Ele apresenta o valor total dos produtos finais e serviços produzidos dentro de um país durante um período específico de tempo, tal como um ano.

Na tabela 7 observa-se a variação do PIB entre o período de 1994 até 2004, ou seja, no ano da implementação do Plano Real. Observa-se que em 1998 e 1999 houve uma retração no PIB do Brasil de 0,1% e 0,3%, respectivamente. Isso se deu devido à crise asiática que pressionou as contas externas do país.

A partir de 1998, o PIB voltou a crescer 4,4% encerrando os primeiros dez anos pós Plano Real com um PIB de 5,8%, próximo ao registrado em 1994, com um crescimento de 5,9%. Este comportamento do PIB evidencia um período de transição monetária marcado por desafios e transformações (IBGE, 2024).

Tabela 7 - PIB do Brasil (1994-2004)

<b>ANO</b>	<b>PIB (%)</b>	<b>TAXA DE JUROS (%)</b>
1994	5,9	47,95
1995	4,2	38,93
1996	2,2	27,08
1997	3,4	24,81
1998	0,1	29,28
1999	0,3	28,70
2000	4,4	17,62
2001	1,4	19,05
2002	3,1	19,93
2003	1,1	23,28
2004	5,8	16,18

Fonte: IBGE.

A inflação no período de 1994 a 2004 teve uma queda de 916,46% em 1994 para 22,41% em 1995, como observado na tabela 8. O índice de inflação em 1994 reflete a hiperinflação que o Brasil enfrentava antes da implementação do Plano Real em julho de 1994. Após a implementação do plano, o índice inflacionário caiu nos anos seguintes, com oscilações em 2002 atingindo um pico naquele ano de 12,53% e voltando a cair em 2003 e 2004 (Ipeadata, 2024).

Em 1994, também como forma de frear a inércia inflacionária, o Banco Central do Brasil aumentou as taxas de juros da economia, a SELIC, em 40%. Essa medida restritiva monetária reduziu a liquidez na economia e freou a demanda agregada, evitando o consumo excessivo. Na tabela 7, pode-se observar a variação anual do IPCA em relação ao PIB, que saltou de 339 bilhões em 1994 para 1941,5 bilhões de reais em 2004.

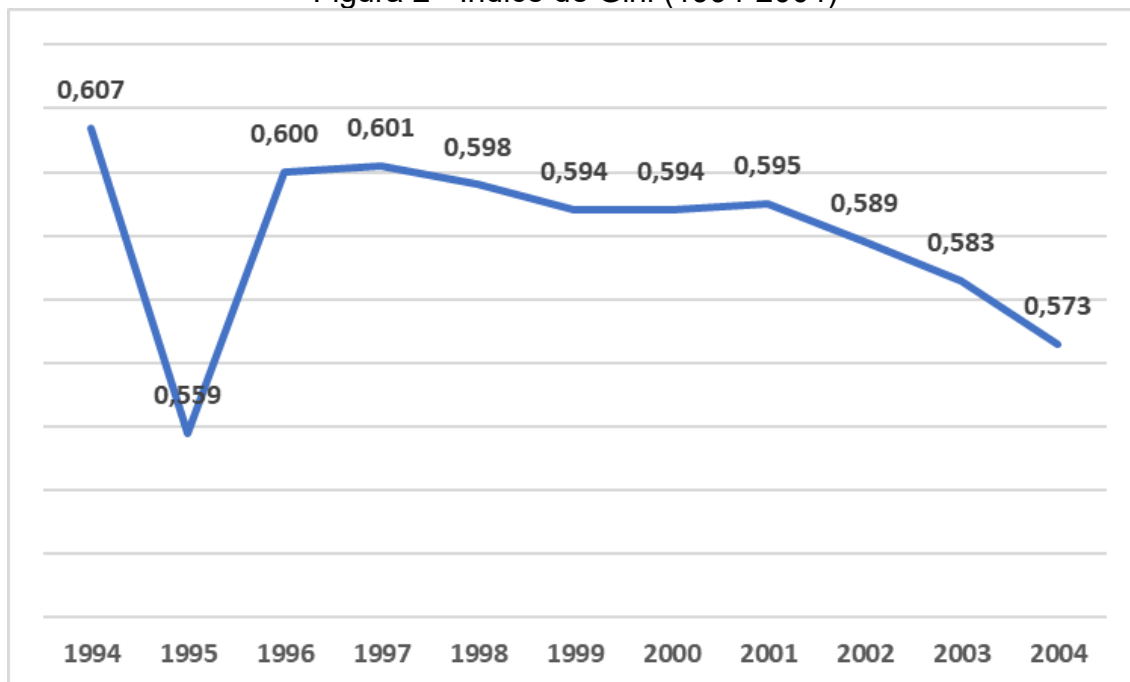
Tabela 8 - Inflação e PIB no Brasil (1994-2004)

<b>ANO</b>	<b>IPCA ANUAL (%)</b>	<b>PIB (R\$ BILHÕES)</b>
1994	916,46	339,0
1995	22,41	647,2
1996	9,56	851,1
1997	5,22	978
1998	1,65	1013,6
1999	8,94	1078,6
2000	5,97	1179,5
2001	7,67	1298,8
2002	12,53	1477,6
2003	9,30	1717,3
2004	7,60	1941,5

Fonte: IBGE/IPEADATA.

Na figura 2, o índice de Gini entre 1994 e 2004 obteve uma leve redução na desigualdade de renda no país, apresentando um índice de 0,60 em 1994 para 0,57 em 2004. Apesar do índice de Gini avaliar de forma estatística a desigualdade de distribuição de renda no Brasil, outros fatores precisam ser levados em conta para uma melhor análise na variável riqueza em uma população. Próximo de zero o índice estiver, maior sua representação na igualdade de renda, próximo de 1, maior a desigualdade observada na distribuição de renda.

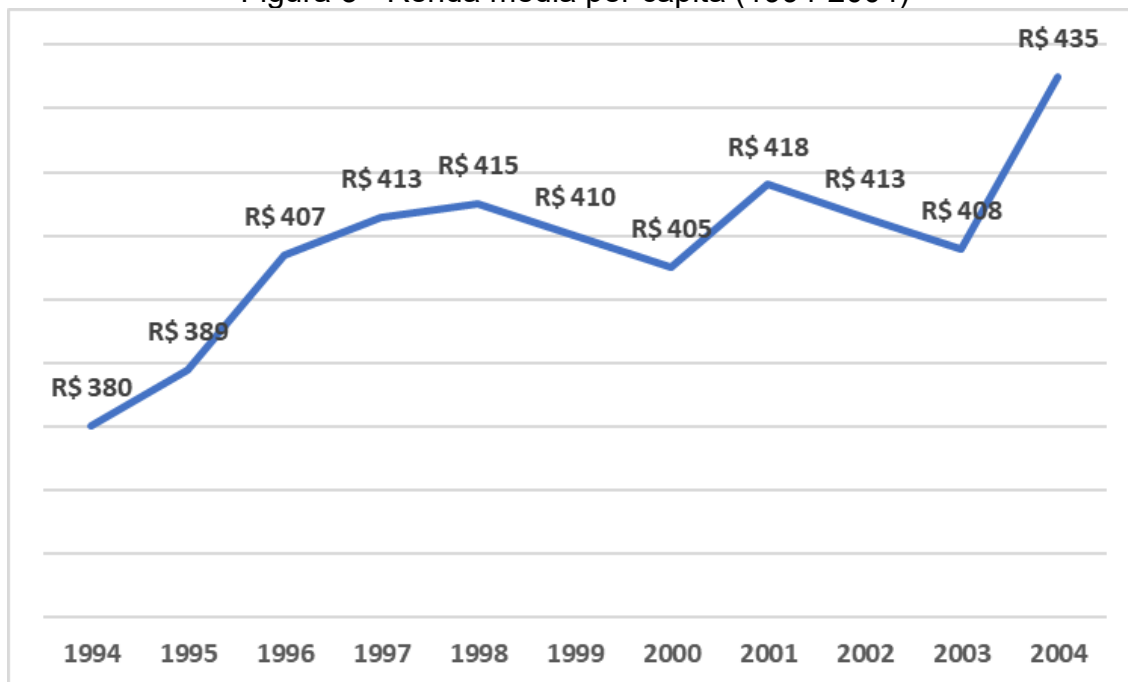
Figura 2 - Índice de Gini (1994-2004)



Fonte: IBGE.

Na figura 3, outra variável e indicador relevante para a análise do poder de compra dos brasileiros no período de 1994 à 2004 é a renda média domiciliar per capita, em valores reais ajustados. Quando analisado e comparado com o índice de Gini, nota-se que enquanto a medida estatística que avalia a desigualdade de distribuição de renda no país caiu de 0,60 para 0,57, a renda média da população cresceu 14,5%, saltando de R\$ 380 em 1994 para R\$ 435 em 2004.

Figura 3 - Renda média per capita (1994-2004)



Fonte: IBGE/IPEADATA.

O aumento ligeiramente observado na Figura 3 entre 1994 e 1995 deve-se à implementação do Plano Real, o qual estabilizou a inflação e por consequência aumentou o poder de compra no início de 1994. Nos anos seguintes, pode notar-se que o crescimento da renda se deu de forma gradual, apesar das crises externas e pequeno ganho real da produtividade. Entre 1998 e 2000 observa-se uma leve queda e estagnação, porém, a partir de 2001 a renda volta a crescer e se beneficia com a recuperação da economia.

A taxa de desemprego também evoluiu e cresceu, refletindo o sucesso inicial do Plano Real e a estabilização da economia. Ao longo dos anos 2000, com a recuperação da economia, o desemprego oscilou enquanto a ocupação, ou seja, considerando apenas a taxa de desocupação, quem busca trabalho ativamente, saltou de 76 milhões de pessoas (2002) para 79,8 milhões em 2004, uma força de trabalho forte e melhora no mercado interno.

Tabela 9 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (1994-2004)

<b>ANO</b>	<b>TAXA DE DESEMPREGO (%)</b>	<b>POPULAÇÃO OCUPADA (EM MILHÕES)</b>
1994	5,1	67,5
1995	4,6	68,2
1996	5,4	68,9
1997	5,7	70,1
1998	7,6	70,4
1999	7,6	71,0
2000	7,1	72,0
2001	6,2	74,5
2002	7,1	76,0
2003	8,0	77,2
2004	7,3	79,8

Fonte: IPEADATA.

A primeira década de 1994 a 2004 pós implementação do Plano Real foi um período de estabilização e início de políticas econômicas e políticas sociais que trouxeram avanços para o Brasil, apresentando redução na desigualdade de renda, crescimento da renda média per capita e o aumento da população ocupada. Com a análise de 2005 a 2014, ver-se-á se essa tendência de crescimento e estabilização se consolidou com a segunda década após o Plano Real.

#### 4.2. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2005 À 2014

A década de 2005 a 2014 foi marcada com a consolidação do Plano Real, implementado em 1994, marcando assim, um ciclo de crescimento econômico e avanços na redução da desigualdade e no aumento do poder de compra. Contudo, a recessão global de 2008 e 2009 e as crises internas que emergiram em 2014 limitaram a continuidade do crescimento econômico do país.

A crise de 2008 gerou instabilidade global afetando mercados emergentes como o Brasil. A rápida recuperação da economia brasileira apoiada por políticas

fiscais e monetárias, possibilitou o país a manter certo dinamismo econômico no curto prazo, muito também ocasionado pelo país não estar de uma forma globalizada, incluída nas cadeias mundiais.

Em 2011, a inflação voltou a crescer acentuada pela evidente fragilidade da estrutura da economia brasileira. A desigualdade seguiu uma tendência de diminuição, porém, a deterioração fiscal e a falta de reformas que sustentaram o crescimento e os programas sociais, comprometeram a inclusão e o crescimento sustentável da economia após as crises de 2008 e 2009.

Entre 2005 a 2014, o mercado de trabalho se fortaleceu promovendo avanços na renda per capita da população. A desigualdade foi diminuindo gradativamente e a inflação, apesar de voltar a subir em 2011, permaneceu controlada até o final de 2014.

A economia do Brasil entre 2005 e 2014 foi marcada pelo crescimento econômico acentuado no início e pelos desafios e crises que venho a enfrentar nos anos seguintes. No período, o país adotaria políticas expansionistas e políticas de transferência de renda, beneficiando dessa forma a diminuição da desigualdade e o progresso social.

#### 4.2.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado

O PIB do Brasil de 2005 a 2014, apresentado na tabela 10, saltou de R\$891,6 milhões para R\$ 2.456 bilhões. Este crescimento observado foi marcado e impulsionado pelo *boom* das exportações de *commodities* e pelo aumento do consumo interno no país.

Tabela 10 - PIB do Brasil (2005-2014)

ANO	PIB (%)	TAXA DE JUROS (%)
2005	3,2	19,05
2006	3,9	15,92
2007	6,0	12,08
2008	5,0	12,73
2009	-0,1	10,03
2010	7,5	10,66
2011	3,9	11,71

2012	1,9	8,46
2013	3,0	9,09
2014	0,5	11,24

Fonte: IBGE.

Na tabela 11, a inflação oficial do Brasil oscilou com uma média anual de 5,5%. As pressões externas pós crise de 2008 e 2009 fez com que a inflação voltasse a subir no ano de 2010 e fechasse em 6,41% em 2014. Na maior parte do tempo, a inflação ficou acima da meta de 4,5% estipulado no período, refletindo uma pressão maior nos ganhos reais da renda da população.

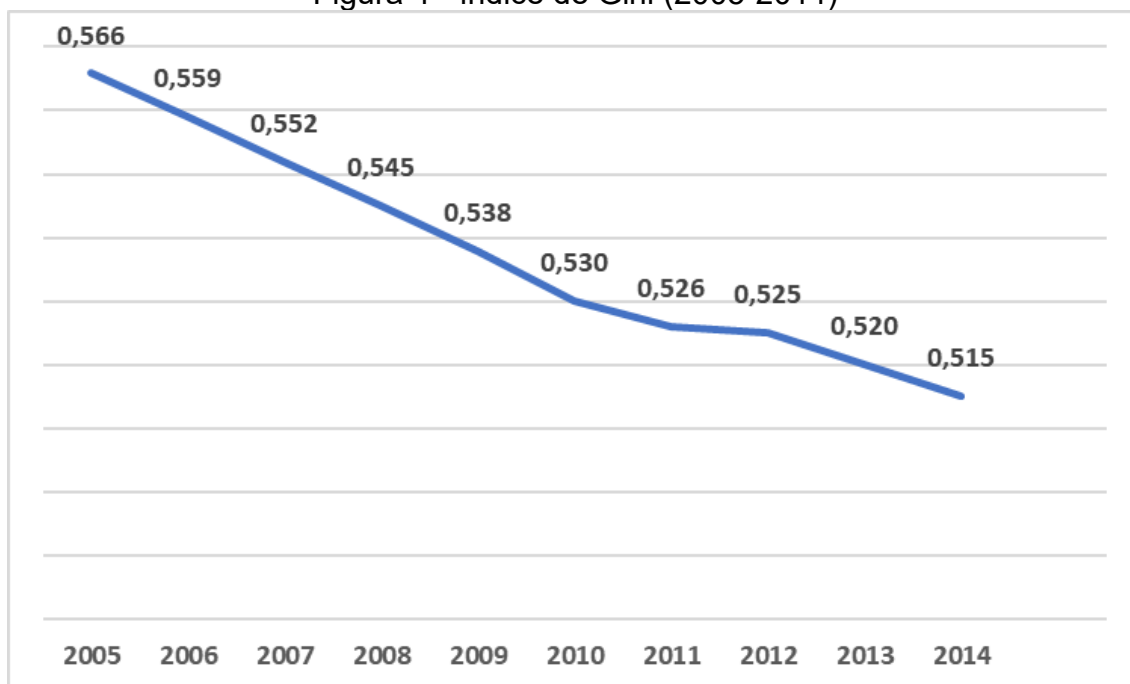
Tabela 11 - Inflação e PIB no Brasil (2005-2014)

<b>ANO</b>	<b>IPCA ANUAL (%)</b>	<b>PIB (R\$ BILHÕES)</b>
2005	5,69	891,06
2006	3,14	1.108
2007	4,46	1.397
2008	5,90	1.695
2009	4,31	1.667
2010	5,91	2.208
2011	6,50	2.616
2012	5,84	2.465
2013	5,91	2.472
2014	6,41	2.456

Fonte: IBGE/IPEADATA.

Na figura 4, o Índice de Gini em 2005 registrou uma medida de 0,56 caindo para 0,51 em 2014. Essa queda observada na década entre 2005 e 2014 reflete e registra uma melhora significativa na distribuição de renda no Brasil. Essa redução na desigualdade também foi influenciada por políticas redistributivas de renda à época, como o bolsa família, que elevou a renda e aqueceu o consumo interno no país.

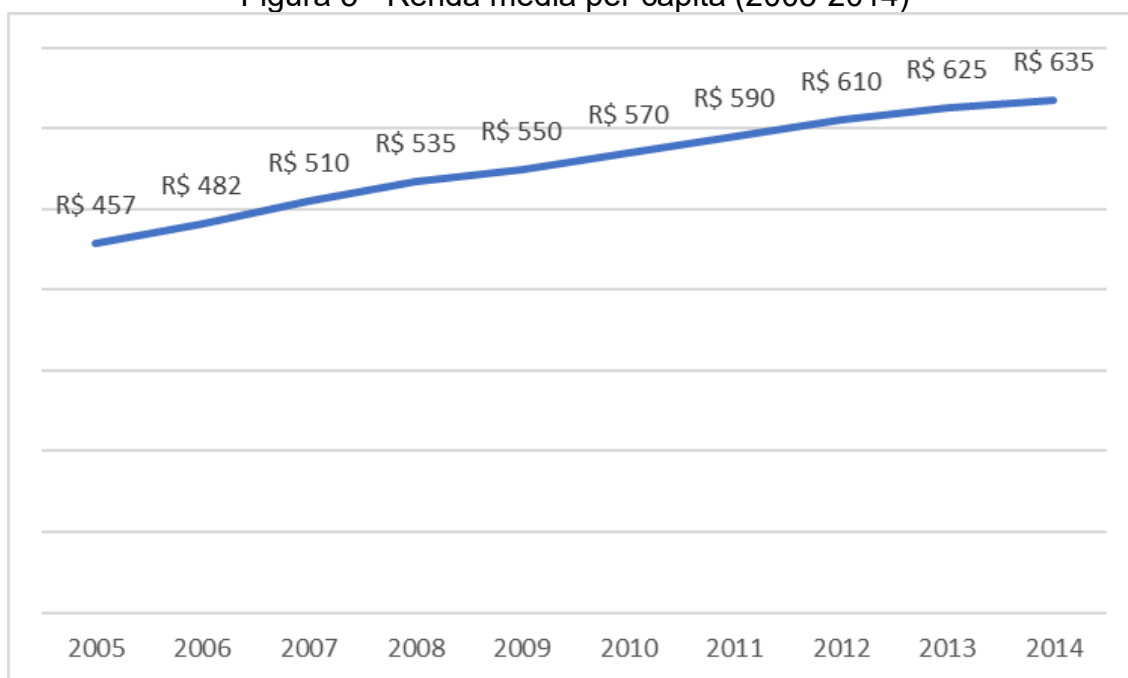
Figura 4 - índice de Gini (2005-2014)



Fonte: IBGE.

Quanto à renda per capita média do país, cresceu cerca de 39% entre 2005 e 2014, saindo de R\$457 para R\$635 no final de 2014. Essa tendência reflete a melhora no padrão de vida dos brasileiros e o aumento contínuo do poder de compra da moeda. Os aumentos reais do salário mínimo também influenciaram e beneficiaram esse crescimento na renda média per capita.

Figura 5 - Renda média per capita (2005-2014)



Fonte: IBGE/IPEADATA.

A tabela 12 nos apresenta a taxa de desemprego, outro indicador relevante para a nossa análise, caiu de 7,2% em 2005 para 4,8% em 2014. A população ocupada saiu de 81 milhões para 94 milhões, ou seja, um crescimento de 15,9% com pico de empregabilidade no final de 2014.

Apesar da crise de 2008 e 2009 ter impactado no curto prazo a mão de obra, o mercado de trabalho continuou crescendo a taxas significativas impulsionado pelo crescimento econômico e a formalização de empregos.

Tabela 12 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (2005-2014)

ANO	TAXA DE DESEMPREGO	POPULAÇÃO OCUPADA (EM
	(%)	MILHÕES)
2005	7,2	81,5
2006	7,0	83,0
2007	6,7	84,5
2008	6,4	86,0
2009	7,1	86,5
2010	6,7	88,0

2011	6,0	90,5
2012	5,5	92,0
2013	5,4	93,5
2014	4,8	94,5

Fonte: IPEADATA.

Entre 2005 e 2014 o Brasil cresceu a taxas crescentes em indicadores para a análise da economia brasileira. O PIB voltou a crescer, o Índice de Gini que mede a distribuição de renda e desigualdade de um país caiu para 9% no final da década, a renda per capita da população cresceu 39% no período o que possibilitou melhorias no padrão de vida e o desemprego reduziu, aumentando a população ativamente ocupada. O boom das *commodities* e as políticas sociais, como o bolsa família, também tiveram influência para o crescimento econômico para os indicadores sociais.

#### 4.3. ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 2015 A 2024

A década de 2015 a 2024 foi marcada por transformações nas estruturas da economia do Brasil e por crises, políticas e econômicas, com ciclos de recessão, instabilidade e retomada gradual e lenta de indicadores econômicos.

A década iniciou com uma recessão, ocasionando o *impeachment* presidencial, queda nos preços globais, como as *commodities*, aumento ascendente do desemprego, aumento inflacionário, queda no PIB e aumento na desigualdade.

A recuperação econômica na década de 2015 a 2024 foi lenta e gradual, porém, marcou um momento evidente de desigualdade e danos substanciais no mercado de trabalho. A inflação começou o ano em alta ascendente corroendo o poder de compra da população.

Em 2020, o Brasil e o mundo vieram a enfrentar uma das maiores crises sanitárias já registradas, representando um choque na vida e na economia de milhões de pessoas. A atividade econômica do país levou a uma contração no PIB e impactos no mercado de trabalho, levando muitos trabalhadores ao mercado informal.

Políticas de distribuição de renda e preservação de empregos, como o Bolsa Família e Bem (Benefício Emergencial), reduziram temporariamente e a curto prazo a desigualdade social e o impacto no mercado de trabalho. Porém, a elevada inflação registrada durante o período pandêmico, limitou o impacto positivo nos programas e políticas adotadas para o enfrentamento da crise.

A recuperação e o crescimento econômico da economia brasileira só venho a ser sentida no final da década, sustentado pela recuperação do mercado de trabalho e pela expansão da população ocupada. Setores essenciais da economia e de destaque para a economia do Brasil, como o setor de serviços e comércio, lideraram a retomada do crescimento e o impacto positivo no PIB.

Indicadores relevantes, como o índice de Gini e a renda per capita, promovidos por políticas e programas de distribuição de renda, registraram índices e avanços positivos no final da década, apesar da inflação limitar os ganhos econômicos e sociais.

Apesar dos desafios que o país enfrentou na última década (2015-2024), o Brasil revelou ser uma economia dinâmica, evidenciando no final da década resultados positivos nos principais indicadores econômicos, apoiado por políticas redistributivas de renda.

#### **4.3.1 Indicadores Relevantes - Para análise do período destacado**

O comportamento do PIB entre 2015 e 2024 foi um período marcado por crises econômicas internas e o choque pandêmico de 2020 que afetou não apenas a economia do Brasil, mas o cenário global como um todo. A crise severa entre 2015 e 2016, culminando no *impeachment* do presidente do Brasil fez com que o PIB, na Tabela 13 abaixo tivesse uma contração, refletindo os desafios que o Brasil enfrentava e venho a enfrentar nos anos seguintes.

A partir de 2017 o país voltou a crescer e recuperar sua economia de forma gradual com as reformas estruturais e a melhora no mercado de trabalho. Em 2020, o mundo foi surpreendido com a crise sanitária do COVID-19, impactando a economia do país.

Tabela 13 - PIB do Brasil (2015-2024)

<b>ANO</b>	<b>PIB (%)</b>	<b>TAXA DE JUROS (%)</b>
2015	-3,5	13,65
2016	-3,3	14,15
2017	1,3	9,15
2018	1,3	6,50
2019	1,2	5,95
2020	-3,9	2,75
2021	4,8	6,90
2022	3,2	13,25
2023	2,9	12,25
2024	3,4	12,25*

Fonte: IBGE.

A inflação no período analisado (2015-2024) oscilou com picos em 2015, devido à crise interna política no Brasil com certa estabilidade em 2017 e 2019, porém, devido a pandemia do coronavírus, em 2020 o IPCA atingiu 4,52%. Os alimentos, serviços, energia e combustíveis pressionaram a inflação no ano de 2021 exigindo do Banco Central a manutenção da Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, para 9,25% no final de 2021.

Tabela 14 - Inflação e PIB no Brasil (2015-2024)

<b>ANO</b>	<b>IPCA ANUAL (%)</b>	<b>PIB (R\$ BILHÕES)</b>
2015	10,67	6.0
2016	6,29	6.3
2017	2,95	6.6
2018	3,75	7.0
2019	4,31	7.4
2020	4,52	7.6
2021	10,06	9.0
2022	5,79	10.1
2023	4,62	10.9

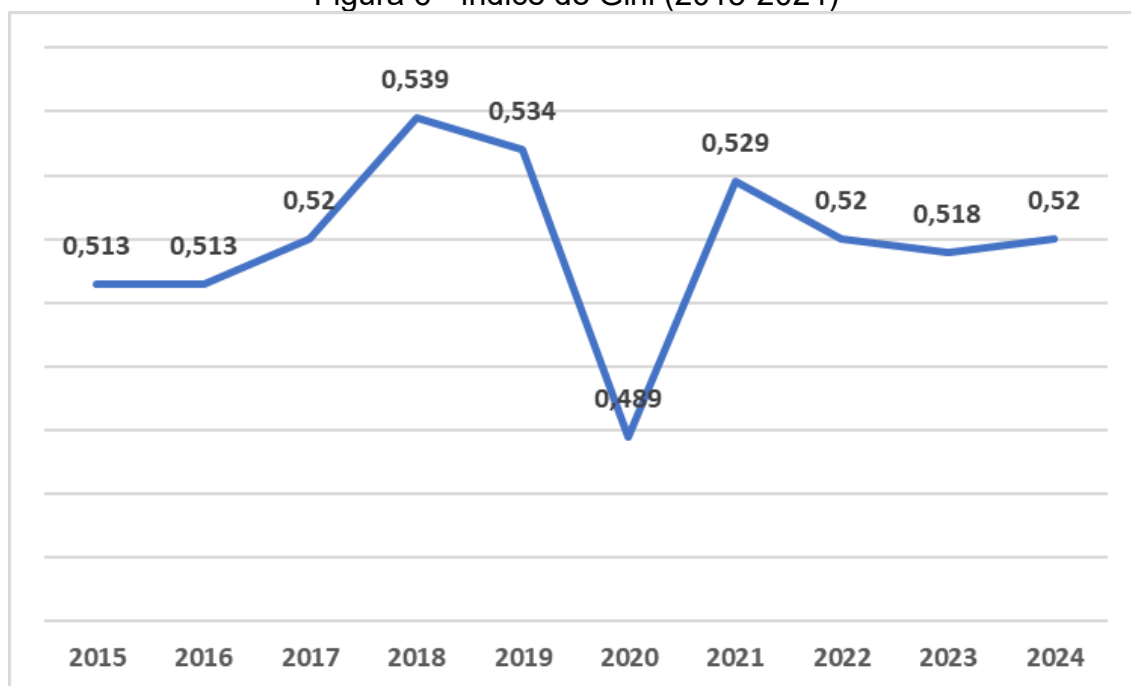
2024	4,62	11.7
------	------	------

Fonte: IBGE/IPEADATA.

Na figura 6, o Índice de Gini aumentou no início de 2016 e perdurou até o final do ano de 2019, refletindo o aumento da desigualdade social devido a lenta recuperação da economia no início de 2017. Em 2020, com a pandemia do Coronavírus, o governo Federal adotou uma política de manutenção de empregos e distribuição de renda com auxílios emergenciais, o qual impactou no aumento da renda da população.

Os programas sociais e a manutenção de empregos fizeram com que o índice de Gini registrasse, desde o início da sua série histórica, o menor nível de desigualdade e distribuição de renda, destacando o impacto destas políticas de redistribuição de renda.

Figura 6 - índice de Gini (2015-2024)

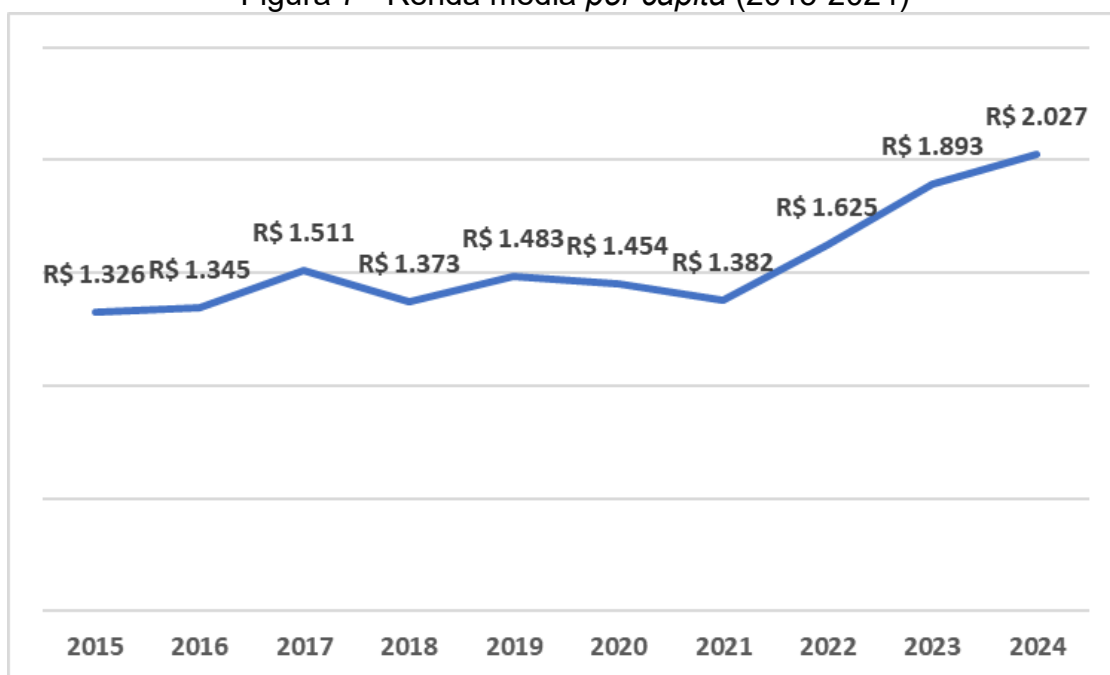


Fonte: IBGE.

A inflação entre 2015 e 2016, acompanhado com a recessão econômica que o país vivenciou no período, culminou na estagnação da renda per capita da população brasileira. Com a recuperação e melhora no cenário econômico e social do Brasil, a renda per capita voltou a crescer com o crescimento

sustentável observado entre 2022 e 2024 pela expansão de programas sociais e a continuidade de políticas de distribuição de renda.

Figura 7 - Renda média *per capita* (2015-2024)



Fonte: IBGE/IPEADATA.

A taxa de desemprego e a população economicamente ativa no Brasil nos apresenta a deterioração do mercado de trabalho entre os anos de 2015 e 2016. A crise econômica que o país enfrentou reduziu os investimentos e intensificou a crise no mercado de trabalho, aumentando dessa forma o desemprego e a informalidade.

A crise sanitária global em 2020 também evidenciou e intensificou a taxa de desemprego e o aumento da informalidade. As políticas adotadas de manutenção de empregos e distribuição de renda, no curto prazo, mostraram uma recuperação lenta e ganhos limitados entre 2020 e 2021.

Tabela 15 - Taxa de Desemprego e População Ativa no Brasil (2015-2024)

ANO	TAXA DE DESEMPREGO (%)	POPULAÇÃO OCUPADA (EM MILHÕES)
2015	8,5	92,1
2016	11,4	90,4
2017	12,7	91,2
2018	12,3	92,6

2019	11,9	93,8
2020	13,8	86,1
2021	13,2	89,0
2022	9,3	98,0
2023	8,0	100,9
2024	6,6	103,3

Fonte: IPEADATA.

A década de 2015 a 2024 foi um período marcado por crises políticas internas e crises globais para a economia brasileira, com ciclos de crise prolongadas seguidos por ciclos de recuperação lenta. As políticas adotadas no enfrentamento da desigualdade e concentração de renda aliviou as pressões sobre a renda per capita e as pressões inflacionárias, porém, estas medidas de curto prazo limitaram os ganhos.

Apesar dos desafios e crises econômicas entre 2015 e 2024, o Brasil seguiu crescendo a taxas modestas nos seus principais indicadores relevantes, o que nos mostra que ainda há muitos desafios para o país superar e voltar a crescer a taxas acima da média.

#### 4.4. QUADRO-SÍNTESE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DO PLANO REAL

No quadro 1 a seguir, procurou-se demonstrar o comportamento dos principais indicadores econômicos e sociais nos últimos 30 anos (1994-2024) no Brasil, analisando a média destes indicadores de 10 em 10 anos.

Quadro 1 - Quadro-síntese do Plano Real (1994-2024)

<b>ANO</b>	<b>PIB (%)</b>	<b>TX DE JUROS (%)</b>	<b>INFLAÇÃO (%)</b>	<b>ÍNDICE DE GINI</b>	<b>RENDA PER CAPITA</b>
1994/2004	2,9	26,61	91,57	0,59	408,45
2005/2014	3,4	12,09	5,40	0,53	556,40
2015/2024	0,74	9,68	5,77	0,51	1541,90

Fonte: IPEADATA/IBGE.

No período analisado de 1994 a 2004, com a implementação do Plano Real e o início da estabilização da economia, os principais indicadores mantiveram-se estáveis apresentando ganhos modestos e limitados, muito devido pelas crises externas que impactaram a expansão do ganho econômico da economia na primeira década pós Plano Real. A média do PIB atingiu 2,9%, com uma taxa de juros ainda elevada assim como também a desigualdade no país, com o índice de Gini 0,59 e renda per capita de R\$408,45.

Entre 2005 e 2014, as bases implementadas e a consolidação do Plano Real consolidaram e impulsionou os ganhos econômicos para o país. A taxa de juros fechou com uma média de 12,09%, muito abaixo do registrado na década anterior, assim como a inflação que saiu de 2 dígitos e fechou em 5,40%. A renda per capita também registrou um aumento refletindo também no índice Gini que fechou em 0,53. Esses avanços econômicos também foram influenciados pelas políticas e programas sociais, como o bolsa família e o aumento do consumo interno.

Na década de 2015 a 2024, o Brasil enfrentou crises e desafios externos, como a pandemia do coronavírus, o covid-19, que afetaram a economia do país e impactaram a trajetória de crescimento econômico. Apesar dos desafios e crises enfrentados, a inflação se manteve estável e controlado, registrando uma média de 5,77 no período analisado, muito abaixo da primeira década (1994-2004) pós plano real.

A renda per capita cresceu acima da média do período anterior, registrando uma ligeira melhora na desigualdade, contudo, a informalidade cresceu no período, evidenciando as dificuldades estruturais que o país ainda enfrenta, como a concentração de renda.

Diante disso, o presente capítulo 4 buscou compreender a evolução da economia nos últimos 30 anos e suas transformações de 10 em 10 anos analisando de forma estatística os principais indicadores econômicos e a reação do sistema econômico brasileiro aos ajustes pelo qual o país enfrentou, com destaque para a implementação do Plano Real em 1994 e o legado que a política econômica deixou para as gerações futuras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal demonstrar uma análise crítica dos 30 anos de estabilidade econômica no Brasil desde a implantação do Plano Real. O conceito de planejamento econômico no Brasil de longo prazo de forma mais estruturada foi a partir da década de 1930 com as criações de instituições e políticas voltadas a infraestrutura e setor industrial.

Os planos de estabilização introduzidos antes do Plano Real não tinham uma visão de longo prazo consistente com bases e estruturas focados na estabilização, eram planos reativos que buscavam conter crises, como a hiperinflação na década de 80. Foi com a implementação do Plano Real em 1994 que observamos uma mudança significativa na estrutura com metas claras e objetivas como a criação do Real e a abertura da economia.

Contudo, o Plano Real falhou e teve limitações em pontos cruciais na elaboração. Em 1999 a crise cambial que o país enfrentou deu-se devido a sobrevalorização do Real frente ao dólar, o qual favorecia as importações e encarecia as exportações. O resultado desse desequilíbrio na balança comercial gerou déficits nas contas públicas.

Outro ponto de destaque que vale a menção neste trabalho para entendermos as falhas e limitações do Plano Real foram a dívida pública elevada e a ausência de reformas estruturais no mercado interno. A dívida do Brasil saltou de 30% do PIB para 50% entre os anos de 1994 e 1998. Os desafios fiscais que o país enfrenta hoje, muito se dá pela falta das reformas fiscais, administrativas e previdenciárias o qual limitaram o crescimento econômico no longo prazo.

A desigualdade no país manteve-se persistente e um desafio para os formuladores de políticas públicas. O Plano Real falhou, embora tenha aumentado o poder de compra da população, em diminuir a concentração de renda nas classes mais altas, como o funcionalismo público.

Apesar das limitações e desafios persistentes que o Plano Real trouxe com a implementação, a estabilização monetária trazida com o lançamento da nova moeda contribuiu para a redução da pobreza de forma significativa o qual proporcionou a estabilidade econômica que não havia sido alcançada nos planos econômicos anteriores, apesar dos desafios e desigualdades persistentes ao longo dos últimos 30 anos do Plano Real.

A ausência de reformas estruturais, como já mencionado, limitou o potencial de ganho econômico para a economia, contudo, e de igual destaque, a criação da nova moeda, o Real, reduziu drasticamente a inflação no Brasil. Níveis altos de inflação registrados anos anteriores a 1994 foram estabilizados a níveis moderados nos anos seguintes.

Esta reviravolta que o país teve no combate a hiperinflação restaurou a confiança da população e dos agentes econômicos nas políticas econômicas e proporcionou a volta dos investimentos para o Brasil. Essa confiança melhorou o ambiente interno e trouxe a estabilidade monetária necessária para a volta do planejamento e investimento estratégico, como em setores essenciais da economia.

O sucesso inicial do Plano Real e a introdução gradual da nova moeda com a troca da URV, criaram as bases para o desenvolvimento e planos de desenvolvimento para o longo prazo. As experiências anteriores e é importante destacar este ponto, dos planos econômicos ortodoxos e heterodoxos, foram a pavimentação para o lançamento do Plano Real em 1994, o que possibilitou a criação de políticas eficazes e direcionadas para o controle inflacionário e o desenvolvimento econômico.

Na década seguinte de 2005 a 2014, o Brasil apresentou índices econômicos e sociais significativos para o “bater do martelo” sobre sucesso, de certa forma, apesar das falhas e limitações como já mencionado, do Plano Real. A desigualdade e a pobreza diminuíram, apoiados pelos programas sociais criados e a estabilização monetária alcançada pela política de meta de inflação, o que possibilitou o aumento do consumo interno no Brasil pelas famílias e a oferta de mão de obra.

Contudo, os ganhos alcançados foram limitados pelas crises externas enfrentadas e pelos choques globais, porém, os ajustes nas taxas de juros e a consolidação das exportações de *commodities* como fator de vantagem comparativa, como bem escreveu David Ricardo em “On the Principles of Political Economy and Taxation” (1817), impactaram positivamente na balança comercial, reforçando a credibilidade do Plano Real e do planejamento no longo prazo apoiado por políticas sustentáveis e ajustes estruturais.

Entre 2015 e 2024, o Brasil venho a enfrentar crises internas e externas, como a pandemia do Covid-19, que impactaram não só o Brasil, mas o mundo

todo e desafiaram a credibilidade e o sucesso do Plano Real. As reformas estruturais necessárias que não foram implementadas em 1994 que ajudariam o país na continuidade do crescimento econômico fragilizaram o sistema brasileiro e evidenciou as fragilidades severas que o Brasil tem como a alta concentração de renda e os gastos públicos ineficiente, como também a alta carga tributária que estrangula as empresas e a população.

A pandemia do coronavírus em 2020 evidenciou o alto índice de informalidade e desigualdade no Brasil. Por um lado, o Plano Real conseguiu estabilizar e controlar a inflação, por outro lado, as reformas necessárias que não foram adiante antes da implementação e após o Plano Real, fez com que o desenvolvimento econômico a longo prazo se encontrasse estagnado, a redução da pobreza e da desigualdade fossem parcialmente reduzidas, o que nos mostra que o país ainda enfrenta uma alta concentração de renda elevados.

Contudo, ao analisarmos os planos econômicos e planejamentos de curto prazos introduzidos no Brasil nas últimas décadas antes da implementação do Plano Real, nos revela que a experiência e os desafios enfrentados por aqueles responsáveis pelas políticas públicas contribuíram para o case de sucesso que foi a consolidação do Plano Real na economia brasileira.

A desigualdade, de certa forma, foi reduzida. O poder de compra, os investimentos e as novas empresas que surgiram só foi possível pela estabilização e previsibilidade no ambiente de negócios no Brasil.

O ponto de inflexão que o Plano Real promoveu na economia do Brasil com a estabilização da inflação e sustentabilidade econômica foram, sem dúvida, os pressupostos estratégicos para o seu sucesso, dentre eles: a Unidade Real de Valor, que permitiu uma transição suave e gradual da economia brasileira para o Real, uma política monetária restritiva inicialmente e uma âncora cambial.

As décadas de instabilidade econômica e monetária pelo qual o Brasil enfrentou foram rompidos com o fim do ciclo inflacionário e pelo equilíbrio entre os elementos necessários para a implementação do plano econômico. De igual destaque para o sucesso do Plano Real, o apoio político e social também contribuíram para a continuidade dos ajustes e reformas que foram fundamentais para a sustentabilidade de longo prazo.

As privatizações e a abertura comercial demonstraram uma combinação estratégica de planejamento econômico, alinhamento com as expectativas dos agentes econômicos e com a sociedade como também, de certa forma, redefiniu e transformou a realidade econômica do Brasil.

Seus pressupostos são lições de sucesso e de estudo relevante para o debate acadêmico e com a sociedade, pois, seus resultados são exemplos de gestão econômica responsável e combinação de experiências passadas que contribuíram para a criação de bases e planejamento estratégico que culminou na criação e implementação do maior plano econômico monetário na história do Brasil.

Portanto, concluo que a validação da hipótese principal do presente trabalho confirma que, o objetivo de implementar o Plano Real e conseguir estabilizar a volatilidade da moeda e da economia do Brasil, controlando a hiperinflação e reduzir a desigualdade e a pobreza, foram as bases para o sucesso e estabilidade monetária.

Para aprofundar o tema deste trabalho, recomendo o livro “Política Monetária e Inflação no Brasil na Última Década”, de Fabio Fernandes (2021) que detalha de forma muito interessante as estratégias do Banco Central do Brasil na condução da política monetária no combate a inflação na última década.

Também recomendo o livro “O desafio da Inclusão Social no Brasil”, de Fiszbein e Lustig (2019) que aborda a questão da desigualdade no Brasil e seus desafios e o livro “A Nova Era Econômica do Brasil”, de Bugarin (2020) que aborda as transformações no país pelos efeitos e mudanças que a pandemia causou na economia brasileira.

Por fim, também recomendo os relatórios oficiais do FMI e do Banco Mundial, como o artigo “Article IV Consultations e Brazil Overview” o qual enriquecem o estudo sobre as projeções e as recomendações de reformas que estas instituições recomendam.

Ainda há muitos desafios na economia do Brasil e os próximos 30 anos serão importantes para a continuidade do legado do Plano Real. As reformas estruturais podem promover o crescimento sustentável e duradouro nas próximas 3 décadas, contudo, é preciso adaptar a economia brasileira com os desafios globais e aprender com as bases iniciais do Plano Real para a evolução

do desenvolvimento econômico, a inclusão social e a estabilidade monetária que o Brasil precisa.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José (Org.). **Planejamento e orçamento governamental: coletânea**. Brasília: ENAP, p. 142, 2006. Acesso em: 06 jun. 2024.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro. 1990. Acesso em: 13 abr. 2024.

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Acesso em: 06 jun. 2024.

A vida com inflação | **Especial Plano Real - Parte 1**. LIVRES. **Youtube**. 23 de dez. 2019, 16min05s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kr35S\\_j986k&list=LL&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=kr35S_j986k&list=LL&index=4) . Acesso em: 10 Set. de 2024.

A formação da equipe | **Especial Plano Real - Parte 2**. LIVRES. **Youtube**. 24 de dez. 2019, 09min02s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hsy0n6TXv4M&list=LL&index=8> . Acesso em: 13 de Set. de 2024.

As verdadeiras causas da inflação | **Especial Plano Real - Parte 3**. LIVRES. **Youtube**. 25 de dez. 2019, 11min28s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3FGd47zH0s&list=LL&index=3> . Acesso em: 14 de Set. de 2024.

A vitória muito além de uma moeda | **Especial Plano Real - Parte 5**. LIVRES. **Youtube**. 28 de dez. 2019, 19min22s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VizhUosyVyU&list=LL&index=4> . Acesso em: 15 de Set. de 2024.

BIBLIOTECA DIGITAL | Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; **Documentos Históricos de Planejamentos**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/525726>. Acesso em: 07 jun 2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL | **Política Monetária; O que é Inflação?. 25 ANOS DO REAL**. Disponível em: 25 Anos do Real (bcb.gov.br). Acesso em: 07 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BANCO MUNDIAL. *Brazil economic overview*. Washington, DC: Banco Mundial, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BUGARIN, Georgia. *A nova era econômica do Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2020. Acesso em: 17 jun. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL | **Taxa de juros básica - histórico**. Disponível em: Taxas de juros básicas – Histórico. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRITO, Paulo. ***Economia Brasileira: Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas***. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004. Acesso em: 15 jul. 2024.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. ***Política Econômica e Conjuntura: Ensaios Teóricos***. São Paulo: Editora 34, 1991. Acesso em: 13 jul. de 2024.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história na nova República. In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Org.). ***Economia Brasileira Contemporânea***. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Acesso em: 06 jun. 2024.

CASTRO, Antônio Barros de; SILVA, Francisco Luiz Lopes da. ***A Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2023***. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

Franco, G. (2013). ***A Moeda e a Lei: Uma História Monetária Brasileira, 1933-2013***. São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em: 19 maio 2025.

FURTADO, Celso. ***Formação Econômica do Brasil***. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. Acesso em: 01 de abr. de 2024.

FURTADO, Celso. ***Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983***. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Acesso em: 05 de abr. de 2024.

FERNANDES, Fabio. *Política monetária e inflação no Brasil na última década*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021. Acesso em: 17 jun. 2025.

Furtado, Celso. ***Teoria do Desenvolvimento Econômico***. São Paulo: Companhia das Letras, 1974. Acesso em: 01 de jun. de 2024.

FISZBEIN, Ariel; LUSTIG, Nora (Ed.). *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2019. Acesso em: 17 jun. 2025.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Brazil: 2024 article IV consultation – staff report*. Washington, DC: FMI, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/BRA>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Giambiagi, F., Villela, A., Castro, L. B., & Hermann, J. (2011). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier. Acesso em: 03 maio 2025.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **Planejamento**: Editora APEC S.A., 1975. Acesso em: 12 mai. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEAdata – Séries Históricas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2025. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais – PIB Real**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>. Acesso em: 03 maio 2025.

IBGE | **Séries Estatísticas e Séries Históricas. Índices de Preços**. Disponível em: IBGE | Séries Estatísticas & Séries Históricas | índice de preços | IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo | IPCA - índice geral e grupos de produtos e serviços (% ac.a.) | 1991/jan-1999/jul. Acesso em: 07 jun. 2024.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**: SRV Editora LTDA, 2018. *E-book*. ISBN 9788547231798. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547231798/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LACERDA, Antônio Corrêa, BOCCHI, João Ildebrando, REGO, José Marcio, BORGES, Maria Angélica, MARQUES, Rosa Maria de. **Economia brasileira**: SRV Editora SARAIVA, 2010. ISBN 9788502109704. Acesso em: 01 jun. 2024.

MODIANO, Eduardo. A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Acesso em: 07 jun. 2024.

Os desafios da implantação | **Especial Plano Real - Parte 4**. LIVRES. Youtube. 26 de dez. 2019, 19min12s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3niw-JP-qs&list=LL&index=2> . Acesso em: 15 Set. de 2024.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: Organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. 2015. ISSN 0486-6266. Acesso em: 07 abr. de 2024.

Real, **30 anos: entenda como o plano econômico que fundou a moeda brasileira controlou a inflação**. Folha S. Paulo. Youtube. 28 de jun. 2024, 9min16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vbmKHoFWz00&list=LL&index=7> . Acesso em: 09 nov. de 2024.

TEODORO, Fabiana Cristina. Resenha: BRITO, Paulo. **Economia brasileira: planos econômicos e políticas econômicas básicas**. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2009. Capítulo 1. p. 13-31 in Revista do Direito Público. Londrina, v.10, n.1, p.229-231, jan./abr.2015. Acesso em: 14 mai. de 2024.

VERGARA, Sylvia. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. Acesso em: 11 abr. 2024.

VARSANO, Ricardo, PESSOA, Elisa de Paula, SILVA, Napoleão Luiz Costa da, AFONSO, José Roberto Rodrigues, ARAUJO, Erika Amorin, RAMUNDO, Julio Cesar Maciel. **IPEA: Uma discussão da carga Tributária do Brasil**, 1998. Rio de Janeiro. ISSN 1415- 4765. Acesso em: 12 jul. 2024.

WATERSTON, Albert. **Development Planning: Lessons of experience**. 1965. Acesso em: 07 abr. 2024.